



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação

LUCIANA GONÇALVES TEIXEIRA

AS GUERRILHAS PELO ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Brasília
2021

LUCIANA GONÇALVES TEIXEIRA

AS GUERRILHAS PELO ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção
de título de Bacharel em Biblioteconomia,
orientado pela Prof. Dra. Michelli Pereira da
Costa.

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T266g Teixeira, Luciana Gonçalves
As guerrilhas pelo acesso aberto ao conhecimento científico / Luciana Gonçalves Teixeira; orientador Dra. Michelli Pereira da Costa. -- Brasília, 2021.
100 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Ciência Aberta. 2. Acesso Aberto. 3. Guerilla Open Access. 4. Open Science. 5. Open Access. I. Costa, Michelli Pereira da, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: As guerrilhas pelo acesso aberto ao conhecimento científico

Autor(a): Luciana Gonçalves Teixeira

Monografia apresentada remotamente em **27 de abril de 2022** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa
Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Fernando César Lima Leite
Membro Externo (IBICT): Dr. André Luiz Appel



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 10/05/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Appel, Usuário Externo**, em 10/05/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gonçalves Teixeira, Usuário Externo**, em 16/05/2022, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César Lima Leite, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 18/05/2022, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8092201** e o código CRC **599F6530**.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha mãe, Iara, minha inspiração e exemplo de vida como uma mulher guerreira e batalhadora, agradeço por todo incentivo e motivação dado durante toda minha vida. Esse trabalho também é um mérito seu por todo esforço, dedicação e empenho em ser uma mãe incrível.

Aos meus irmãos, Luiz Fernando e Letícia, por todos momentos de descontração e pelas risadas geradas por nossas conversas na hora da refeição.

Aos meus amores de quatro patas, Benjamin e Nina, por seu amor incondicional e por todos os lambeijos dados.

Ao meu companheiro, Eduardo, que assim como minha mãe me incentivou nos momentos difíceis, ouviu todas minhas frustrações e reclamações enquanto eu escrevia esse trabalho. Obrigada por toda força e apoio dado.

As amigas que fiz durante essa jornada e que me acompanharam até o fim, Giovanna, Graziela e Jéssica, vocês são incríveis. A faculdade teria sido muito ruim sem todas as conversas, risadas, festas, palhaçadas e almoços no Burger King.

Aos amigos Pindú, Beбето, Nana, Gi, Ady e ‘Gordo’ pelas piadas, brincadeiras, conversas, problematizações sobre a sociedade e humanidade, pelas campanhas de D&D e fins de semana de board games.

As supervisoras da CAESB e do Superior Tribunal de Justiça, Herika e Betânia, que contribuíram para o meu desenvolvimento profissional e pessoal, vocês são incríveis.

A minha orientadora Dra. Michelli Pereira, que aceitou me orientar e me auxiliar na elaboração desse trabalho.

“There is no justice in following unjust laws. It’s time to come into the light and, in the grand tradition of civil disobedience, declare our opposition to this private theft of public culture.”

Aaron Swartz, Guerilla Open Access Manifesto.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar os elementos definidores das iniciativas de acesso aberto e caracterizar experiências no âmbito da guerilla open access, analisando as contribuições e contradições das iniciativas de acesso aberto e suas dificuldades de ser implementado dentro do sistema tradicional de publicação, assim como o surgimento de um novo modelo compartilhamento de pesquisas científicas. A abordagem metodológica compreende a revisão de literatura a partir de uma perspectiva descritiva, a realização de levantamentos documentais e a descrição das iniciativas da guerilla open access encontradas, a caracterização das iniciativas da guerilla open access, com base nos elementos que constituem uma iniciativa de acesso aberto. Os resultados indicam que ter a permissão do detentor dos direitos autorais e respeitar as regras de concessão atribuídas por licenças estipuladas pelo autor da obra são elementos que não são cumpridos pela maioria das iniciativas da guerilla open access analisadas, bem como, há outros elementos que são mais difíceis de serem alcançados, como é o caso do armazenamento cumulativo e perpétuo para assegurar o acesso permanente e a preservação da literatura científica disponibilizada. Portanto, a violação de normas legais é justificada como meio de alcançar a abertura do conhecimento. Ademais, as iniciativas que não foram desenvolvidas por instituições tradicionais de ensino e pesquisa ou que não se consagraram no âmbito do acesso aberto apresentam problemas para assegurar o armazenamento a longo prazo.

Palavras-chave: Ciência Aberta. Acesso Aberto. Guerilla Open Access.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify the defining elements of open access initiatives and characterize experiences in the context of the open access guerilla, analyzing the contributions and contradictions of open access initiatives and their difficulties in being implemented within the traditional publishing system, as well as, the emergence of a new model of information democratization. The methodological approach comprises the literature review from a descriptive perspective; carrying out documentary surveys and describing the guerilla open access initiatives found and; characterization of guerilla open access initiatives based on the elements that constitute an open access initiative. The results indicate that having the permission of the copyright holder and respecting the concession rules granted by licenses stipulated by the author of the work are elements that are not fulfilled by most of the guerilla open access initiatives analyzed, as well as other elements are more difficult to be achieved, as is the case of cumulative and perpetual storage to ensure permanent access and preservation of available scientific literature. Therefore, the violation of legal norms is justified as a means of achieving the opening of knowledge, in addition, initiatives that were not developed by traditional teaching and research institutions or that were not consecrated in the scope of open access present problems to ensure the storage of long term.

Keywords: Open Science. Open Access. Guerilla Open Access.

Lista de Quadros

Quadro 1: Declarações de Acesso Aberto e sua abordagem sobre as licenças.....	13
Quadro 2: Perspectiva dos autores sobre a GOA.....	32
Quadro 3: Procedimentos Metodológicos.....	38
Quadro 4: Declarações de acesso aberto.....	39
Quadro 5: Declarações de acesso aberto conceito.....	40
Quadro 6: Características de uma publicação de acesso aberto.....	41
Quadro 7: Aspectos do acesso aberto.....	45
Quadro 8: Síntese das características analisadas.....	64
Quadro 9: Avaliação Library Genesis (LibGen).....	68
Quadro 10: Avaliação Sci-Hub.....	69
Quadro 11: Avaliação ResearchGate.....	70
Quadro 12: Avaliação #IcanHazPDF.....	71
Quadro 13: Avaliação Reddit Scholar.....	72
Quadro 14: Avaliação Open Access Button.....	72

Lista de Figuras

Figura 1: Library Genesis.....	49
Figura 2: Sci-Hub.....	52
Figura 3: ResearchGate.....	55
Figura 4: #I Can Haz PDF.....	58
Figura 5: Reddit Scholar.....	61
Figura 6: Open Access Button.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS	<i>American Chemical Society</i>
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CC	<i>Creative Commons</i>
CC-BY	Creative Commons Atribuição
CC BY-NC-SA	Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
EUA	Estados Unidos da América
GOA	<i>Guerilla Open Access</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LIBGEN	<i>Library Genesis</i>
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NSFW	<i>No safe for work</i>
OER	<i>Open Educational Resources</i>
OpenDOAR	<i>Directory of Open Access Repositories</i>
PLOS	<i>Public Library of Science</i>
ROAR	<i>Registry of Open Access Repositories</i>
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SPARC	<i>Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition</i>

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJETIVOS.....	2
1.2 JUSTIFICATIVA.....	3
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1 CIÊNCIA ABERTA.....	5
2.2 ACESSO ABERTO.....	7
2.3 DECLARAÇÕES DE ACESSO ABERTO.....	10
2.4 ESTRATÉGIAS PARA O ACESSO ABERTO: VIA DOURADA E VIA VERDE.....	15
2.5 LIMITES DO ALCANCE DAS INICIATIVAS DE ACESSO ABERTO.....	18
2.6 LICENÇAS DE CONTEÚDO E DISTRIBUIÇÃO.....	23
2.7 GUERILLA OPEN ACCESS (GOA).....	28
3 METODOLOGIA.....	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	35
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
4.1 CARACTERÍSTICA DE UMA INICIATIVA DE ACESSO ABERTO.....	39
4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DA <i>GUERILLA OPEN ACCESS</i>	46
5 CONCLUSÃO.....	76
6 REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais pontos de divergências e conflitos que cercam o capitalismo cognitivo são as tensões existentes entre os esforços para socializar conhecimento, informação e cultura, bem como os mecanismos de apropriação privada dessa produção intelectual e suas barreiras restritivas (ALBAGLI, 2014). Portanto, essas barreiras tornam-se bloqueios para a produção de novas publicações acadêmicas e, conseqüentemente, dificultam a troca de conhecimento e informação entre pesquisadores.

O desenvolvimento da Internet e de ferramentas de difusão de acesso à informação foram fundamentais para pensar em novos modelos e práticas de comunicação científica, trazendo certo controle e liberdade para esses conhecimentos, conforme apontado por Albagli (2014). A partir disso, surge o movimento de acesso aberto com a finalidade de solucionar a limitação de acesso aos resultados de pesquisas acadêmicas, através da remoção de barreiras de preço e do uso de licenças de permissões mais liberais, permitindo seu acesso e retorno a sociedade (ROSA; SILVA; PAVÃO, 2021).

A comunidade científica viu o impulso para a mudança se desenvolver em torno do acesso aberto, com base nas estratégias de arquivamento de pesquisas em repositórios de acesso aberto (via verde) e das publicações em acesso aberto (via dourada). Apesar dessas estratégias clássicas terem contribuído para o avanço significativo do acesso aberto, passaram-se vinte anos desde a Declaração de Budapeste e muitos resultados de pesquisas ainda se encontram bloqueadas por paywalls¹. Logo, tais esforços não foram suficientes para alcançar o estado de abertura desejado desde a concepção do acesso aberto.

Dado que o acesso aberto é um modelo para pensar na redemocratização do acesso, cabe indagarmos como os conglomerados editoriais, os quais controlam a rede de publicações e dominam esse mercado, mantiveram ou até mesmo aumentaram suas taxas de lucros nesse novo sistema criado em torno do ciclo de produção e comunicação da ciência (APPEL; ALBAGLI, 2019).

O objetivo de tornar os resultados de pesquisa abertas acaba sendo comprometido quando o acesso às informações passa a ser limitado devido à dependência e escassez causada

¹ Paywalls (ou acesso pago) é um sistema de monetização de conteúdo, ou seja, é uma restrição de acesso aos conteúdos que só estão disponíveis através do pagamento de assinaturas. Esse sistema é comumente utilizado pelas editoras de periódicos científicos.

pelas editoras que dificultam e, muitas vezes, privam o compartilhamento do conhecimento para a sociedade e comunidade científica, deixando as instituições e pesquisadores reféns de um sistema de comunicação que só proporciona acesso à pesquisa àqueles que têm condições de pagar por ele. Sendo assim, essas estratégias legais ainda precisam do aval das editoras – que continuam detendo os direitos patrimoniais e de distribuição dessas pesquisas – para disponibilizá-las abertamente.

Diante da insatisfação e descontentamento por parte de pesquisadores e acadêmicos com o modelo de publicações acadêmicas tradicionais e com os grupos editoriais, que pouco têm feito para cooperar com o acesso aberto e muito para alcançar apenas seus próprios interesses comerciais, exemplos controversos de disseminação e compartilhamento da produção científica, denominados como *guerilla open access*² (GOA), estão surgindo de forma oculta (outras vezes nem tanto) na Internet. Essas novas iniciativas, que estão na margem do que é definido como acesso aberto e suas perspectivas, forçam – a contragosto dos grandes grupos editoriais – a revisão das estratégias para a democratização do acesso ao conhecimento. Portanto, essa pesquisa busca responder às seguintes questões:

- Quais são os elementos necessários para uma iniciativa ser de acesso aberto?
- Quais são as estratégias da *guerilla open access*?

1.1 Objetivos

Este estudo propõe atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos a seguir.

Objetivo geral

Caracterizar as iniciativas que compõem o movimento de acesso aberto e da *guerilla open access*.

Objetivos específicos

O presente trabalho tem por objetivo identificar as características do movimento de acesso aberto e da *guerilla open access*, para que, assim, possamos pontuar quais são os elementos que compõe cada corrente. Em suma, será realizada uma discussão em nível descritível para:

² Esse termo foi cunhado por Aaron Swartz, escritor do Guerilla Open Access Manifesto. Optamos por utilizar o termo ‘Guerilla Open Access’ em inglês nesta pesquisa para se referir a esse novo movimento de abertura. No entanto, preferimos usar a expressão ‘Guerrilha’ em português no título para melhor apresentação da informação.

- Discutir, com base na literatura, o que é definido como acesso aberto;
- Verificar, com base na literatura, as perspectivas sobre a guerilla open access.
- Identificar as iniciativas Guerilla Open Access.

1.2 Justificativa

A mobilização e discussões a favor da democratização do acesso ao conhecimento não é um tópico recente, tal processo vem acontecendo há bastante tempo dentro da comunidade acadêmica. A busca por alternativas que escapassem do controle informacional gerido pelos monopólios editoriais e que tornassem os resultados de pesquisa facilmente acessíveis foram o estímulo que precisava para se criar o movimento de acesso aberto, o qual proporcionou acesso à informação científica livre de custos e da maioria das restrições de uso. Esse movimento ganhou proporções mundiais e recebeu apoio de diversas organizações, as quais foram responsáveis por apresentar e impulsionar as universidades, pesquisadores e demais criadores de informação científica a essa nova filosofia (SILVA; ALCARÁ, 2009).

Apesar de os esforços para implementar essa filosofia, ainda há desafios que precisam ser vencidos, começando pelo mercado de publicações, que é dominado por grupos editoriais tradicionais que têm se mostrado contrários a adoção de um sistema de publicação mais aberto, criando taxas de processamento e períodos de embargos, além de se utilizar de leis restritivas para dificultar o progresso das estratégias de acesso aberto.

A associação desses fatores foi o catalisador para o surgimento do movimento da guerilla open access. A criação de um novo modelo de ‘iniciativa aberta’ que busca democratizar o conhecimento científico é uma tentativa de resolver a desigualdade informacional causada pelas assinaturas de periódicos e o progresso relativamente pequeno que o acesso aberto obteve ao longo dos anos.

Ao pesquisar sobre a temática, observamos que há poucas bibliografias, principalmente em português, que explora essas novas iniciativas que vieram para mudar o cenário de comunicação científica e suas particularidades. Considerando tais motivações, esta pesquisa pretende servir de referência para acadêmicos e interessados que buscam aprofundar a compreensão e discussão do que é entendido como guerilla open access em contraste com o que é conhecido como acesso aberto, levando em conta os meios ilegais que vêm se

instaurando na comunicação científica contemporânea. Através disso, será possível classificar e discernir se as iniciativas apresentadas nesta pesquisa são uma alternativa ao acesso aberto ou não.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, discutiremos sobre o breve histórico de diferentes movimentos abertos, suas definições e conceitos encontrados na literatura que serão de grande relevância para fundamentação das discussões e no cumprimento dos objetivos propostos por esse estudo, assim como a importância de publicar em acesso aberto e as limitações do movimento aberto.

2.1 Ciência Aberta

Bartling e Friesike (2014, p. 5) afirmam que a criação e a disseminação do conhecimento são duas faces da mesma moeda, em outras palavras, a criação de novos conhecimentos sem sua disseminação não causariam impactos na sociedade. Ainda de acordo com os autores, os avanços na concepção do conhecimento e sua divulgação andaram lado a lado ao longo da história da ciência. Logo, percebemos que a disseminação não está ligada somente a mudanças tecnológicas, como também a mudanças sociais e, como os pesquisadores enxergam a criação de conhecimento, além disso, essa disseminação do conhecimento traz impactos positivos para a educação, relações sociais e, principalmente, para a economia.

De acordo com Bartling e Friesike (2014), a elaboração de um sistema de publicação em periódicos trouxe mudanças na forma de publicar as pesquisas e na maneira de creditar o autor por sua pesquisa apropriadamente. A partir disso, os pesquisadores e acadêmicos passaram a entender que é de interesse comum que os resultados de pesquisa se encontrem disponíveis abertamente para todos que tenham interesse (BARTLING; FRIESIKE, 2014). Para Boulton (2013 apud COSTA; LEITE, 2019), tal propósito está diretamente ligado com as propostas de Henry Oldenburg, o qual desejava que suas pesquisas pudessem ser amplamente comunicadas às pessoas que tivessem interesse no assunto, em conjunto com dados e evidências para que, então, suas teorias pudessem ser testadas por outros estudiosos. Portanto, fica evidente que tanto no passado quanto no presente, há uma preocupação em aperfeiçoar os processos de produção, divulgação e uso do conhecimento científico, como o propósito de produzir uma ciência pública, transparente e amplamente acessível (COSTA; LEITE, 2019).

A invenção da internet trouxe ferramentas que possibilitou que os cientistas publicassem seus pensamentos, resultados, conclusões e dados de modo aberto e amplamente disponível para todos. Como resultado, a troca de conhecimento passou a fluir mais rápido, os resultados de pesquisa passaram a ser divulgados à medida que iam sendo produzidos, proporcionando novas discussões, além de evitar a repetição desnecessária de experimentos que obtiveram resultados negativos e que, por isso, não são publicados pelos periódicos. Contudo, tais descobertas ainda poderiam contribuir para novos conhecimentos, como também ajudaria outros pesquisadores a não seguirem o caminho “que interrompeu o primeiro projeto simplesmente porque nunca foi publicado uma explicação dos motivos de seu fracasso” (BARTLING; FRIESIKE, 2014, p. 8, tradução nossa)³.

O movimento de ciência aberta surge acompanhado do movimento de acesso aberto, o qual teve como propósito contornar as políticas editoriais e o elevado preço das assinaturas cobradas pelos periódicos científicos, essa época foi marcada também pela aplicação de licenças de propriedade intelectual mais rígidas e restritivas para acesso, uso e compartilhamento de arquivos digitais, evidenciando a problemática da apropriação privada do conhecimento produzido e financiado por instituições públicas (ALBAGLI, 2015). Tais eventos, em conjunto com o desenvolvimento de sistemas tecnológicos e plataformas digitais de informação e comunicação, como a internet, foram essenciais para mudar a forma de produzir e disseminar ciência, que, posteriormente, deram origem a “um cenário onde as barreiras que dificultam o acesso à literatura científica começam a ser derrubadas por intermédio de ações estratégicas propostas por esse movimento mundial” (KURAMOTO, 2008, p. 154). Assim, o movimento de ciência aberta é apontado como um elemento fundamental que tornou o processo de produção científica menos excludente e trouxe melhorias para o bem-estar social, uma vez que os mais pobres ainda são os mais afetados pela apropriação privada da informação em razão das barreiras monetárias, além das condições restritivas de acesso aos benefícios da inovação e da produção de pesquisas ser

³ No original: “Today, negative results are often dismissed and thus the entire knowledge created in such a research project is not available to others. Someone else might start a similar project running into the same problem that stopped the first project simply because the first project never published an explanation of its failure” (BARTLING; FRIESIKE, 2014, p. 8).

focada em áreas que só satisfazem os interesses dos mais ricos (ALBAGLI; MACIEL, 2012; ALBAGLI, 2015, p. 19).

Albagli, Clinio, Raychtock (2014) e Albagli (2019) definem ciência aberta como um “movimento de movimentos”, em outras palavras, trata-se de um processo que se subdivide em diversas correntes, como: acesso aberto às publicações científicas, dados científicos aberto, sistemas de código aberto (hardware e software), cadernos abertos de laboratório, educação aberta e ciência-cidadã. A ciência aberta é caracterizada por Albagli (2019) como um termo “guarda-chuva”, o qual reúne diferentes conceitos, práticas e iniciativas, como também compreende diversos aspectos, objetivos e repercussões. Portanto, a ciência aberta tem como propósito acelerar o processo de pesquisa científica, assim como aumentar a visibilidade e o acesso aos resultados, igualmente, procura ampliar a base social da ciência e fornecer uma maior interação entre diversos tipos de saberes. Em suma, a abertura da ciência não se limita somente na abertura de pesquisas científicas, esse processo abrange o reconhecimento das contribuições do autor para a área, assim como as trocas de conhecimento e o diálogo entre outros trabalhos de diversos autores, a fim de transformar a ciência em algo mais democrático, permitindo maior participação e intervenção da sociedade.

2.2 Acesso Aberto

A crise dos periódicos, na década de 1980, foi o catalisador que deu início ao movimento de acesso aberto. Ela foi causada pelo aumento abusivo nos preços das assinaturas cobradas pelas editoras, impossibilitando que as bibliotecas universitárias pudessem pagar para manter suas coleções de periódicos devido à falta de verba e ao reajuste anual do valor cobrado pelas assinaturas, sendo maior até mesmo que a inflação da época (MUELLER, 2006). É nesse contexto de crise que surgiu o movimento de acesso aberto, cuja intenção foi acelerar o processo global de disponibilização gratuita dos artigos científicos por meio da internet como forma de contornar o monopólio das editoras, uma vez que “o acesso aberto é livre de custos e, livre da maioria das restrições impostas pelo copyright e pelo licenciamento de obras” (SUBER, 2012, p. 4).

A taxa de custo passa a ser um tipo significativo de barreira de acesso, como apontado por Suber (2012, p. 4), quando um pesquisador precisa ler ou consultar diversas obras para

avançar com sua pesquisa e não tem condições de pagar por esse acesso ou quando uma instituição de pesquisa e ensino deve fornecer acesso para professores e alunos que realizam estudos em diversas áreas, mas a quantidade de novos trabalhos cresce exponencialmente anualmente e o preço cobrado pelas assinaturas torna-se impagável. O Copyright, igualmente citado por Suber (2012, p. 5), tornar-se uma barreira quando deseja-se traduzir uma obra para outro idioma, distribuir cópias para colegas, copiar o texto para mineração com softwares, ou quando alteramos o formato do texto para lê-lo em novos dispositivos tecnológicos, sendo preciso ter a permissão do detentor dos direitos autorais para se fazer qualquer uma dessas alterações, visto que tais modificações podem trazer prejuízos na comercialização da obra. Eventualmente, esses bloqueios acabam sendo prejudiciais aos autores por limitar o público que terá acesso e o impacto de sua pesquisa na comunidade científica, como também é prejudicial aos leitores que estarão limitados pela sua condição financeira para pagar pelo acesso e/ou pelo orçamento da biblioteca.

Segundo a Declaração de Budapeste (BOAI), o de acesso aberto consiste na:

[...] disponibilização gratuita via Internet, permitindo a qualquer usuário ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou utilizá-los para qualquer fim legal, sem barreira financeira, legal ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão de rede. A única ressalva refere-se a reprodução e distribuição, e o único papel dos direitos autorais neste domínio é conceder aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BUDAPEST 10, 2012).

Analogamente, as Declarações de Bethesda (2003) e Berlim (2003) definem que para uma publicação ser considerada de acesso aberto, ela precisa conceder

o direito livre, gratuito, irrevogável e mundial aos usuários para acessar a obra, [tal como] deve garantir uma licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir publicamente o trabalho, bem como produzir e distribuir trabalhos derivados em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição adequada de autoria, além do direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal (tradução nossa).

Ainda é mencionado nessas duas Declarações que o(s) pesquisador(es) deve(m) entregar:

uma versão completa da obra com todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença [...] em formato eletrônico para ser depositada e publicada num repositório [aberto e online] que seja apoiado e mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra organização

estabelecida que promova o acesso aberto, distribuição irrestrita, a interoperabilidade e arquivamento a longo prazo (BETHESDA, 2003; BERLIN, 2003, tradução nossa).

As três declarações fundamentais de acesso aberto, Budapeste, Bethesda e Berlim, comumente conhecidas como BBB, têm em comum propósito a disponibilização de literatura científica sem as barreiras de preço e sem a maioria das licenças de permissão, mas, ao mesmo tempo, estipulam um limite para a liberdade dada aos usuários com a exigência de atribuir a obra ao devido autor. Levando em conta os objetivos e definições dos três Bs, qualquer conteúdo digital poderia ser considerado de acesso aberto, desde que o conteúdo seja disponibilizado de forma online, gratuita e sem os empecilhos das licenças.

Diante do exposto, entendemos por acesso aberto, todo e qualquer tipo de material que seja fruto de uma pesquisa científica, os quais são publicados de forma irrestrita e gratuita em prol da transparência e democratização do conhecimento para que qualquer pesquisador, professor, estudante ou interessados possam acessar via internet, bem como ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir e compartilhar, devendo apenas respeitar a integridade do trabalho e dar os devido créditos ao(s) autor(es). Podemos afirmar que as literaturas acessíveis, gratuitas e online são as que os acadêmicos cedem ao mundo sem almejar uma remuneração, voltadas para promover seus trabalhos e para adquirir reconhecimento profissional, influência e prestígio junto à sua comunidade, sobretudo, para colaborar no desenvolvimento da ciência e disseminação do conhecimento (CAFÉ; LAGE, 2002, p. 2; SUBER, 2012, p. 4).

Em síntese, o acesso aberto refere-se a disponibilidade e acesso gratuito para qualquer pessoa através da remoção de barreiras monetárias e das restrições de uso, as quais dificultam o livre acesso à literatura científica. Logo, o livre acesso só é assegurando pelo uso de licenças livres ou equivalentes que possibilitam aos usuários usarem, distribuírem e compartilharem as obras sem causar qualquer tipo de prejuízo aos autores, pois não violariam nenhum direito. O licenciamento de obras e sua ausência serão assuntos explorados a partir das perspectivas das declarações de acesso aberto, objeto de discussão do próximo tópico.

2.3 Declarações de Acesso Aberto

Como visto anteriormente, as três principais Declarações Budapeste, Berlim e Bethesda foram o alicerce para desenvolvimento de ideias e práticas que deram início ao movimento de acesso aberto, o qual estabeleceu a abertura e disponibilização do conhecimento sem barreiras e quase sem custos. Levando isso em consideração, iniciaremos uma discussão a acerca das Declarações de acesso aberto. As declarações aqui apresentadas foram selecionadas com base no Open Access Directory⁴, que lista, em ordem cronológica, as diversas declarações que apoiam o acesso aberto. A partir da Declaração de Bethesda, Declaração da Cidade do Cabo, Declaração de Washington, Paris Open Educational Resources (OER) Declaration e Declaração do México fundamentaremos nosso debate. A escolha das declarações citadas anteriormente, ocorreu devido à especificidade que seus documentos traziam a respeito das licenças, uma vez que, mesmo após anos de implementação do acesso aberto, o licenciamento ainda é uma das grandes barreiras que dificulta a disseminação da literatura aberta. Esse problema fica mais evidente em tempos de crises sanitárias, como a que estamos passando com a COVID-19, quando refletimos sobre a importância da abertura do conhecimento científico sem qualquer tipo de restrição e, como isso, contribui para o desenvolvimento e produção de vacinas e criação de políticas públicas (CLACSO, 2020).

A Declaração de Bethesda, publicada em 2003, foi elaborada a partir das discussões de cientistas da área de biomedicina acerca de como tornar a literatura científica primária mais ampla e facilmente disponível para toda sociedade acadêmica, através de recomendações e orientações direcionadas às agências de financiamento, sociedades científicas, bibliotecários, editores, instituições de pesquisa e entre outros. A Bethesda foi a primeira declaração a definir os requisitos que devem ser levados em consideração para uma publicação ser considerada de acesso aberto. Portanto, uma publicação de acesso aberto deve permitir que seus usuários tenham licença para copiar, usar, compartilhar, imprimir, produzir e distribuir obras derivadas, devendo apenas atribuir apropriadamente seu autor e fazer o uso responsável da obra. Para isso ser possível, as instituições e agências financiadoras ficaram incumbidas de maximizar o benefício público do conhecimento científico para toda comunidade científica.

⁴ Fonte: http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA. Acesso em: 23 jul. 2021.

As bibliotecas e editoras ficaram responsáveis por acelerar a transição do modelo tradicional de informação científica para o acesso aberto, a fim de tornar a informação abertamente acessível e utilizável. Para a sociedade científica, foi designado o dever de garantir que os resultados de pesquisas, ideias e descobertas fossem publicados rapidamente, amplamente e de maneira eficaz para todos (BETHESDA, 2003).

Ao longo dos anos, outras declarações foram surgindo para tentar suprir as diversas necessidades dos cientistas e pesquisadores, assim como as especificidades de diferentes áreas do conhecimento e de diversos países no mundo, sendo elas impulsionadas pelo efeito pós Bethesda e pelas iniciativas de acesso aberto e as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias. Essa ampla diversidade é a razão da existência de uma grande quantidade de documentos da mesma natureza. Além disso, esses documentos tornaram-se marcos políticos e históricos da admissão de determinados grupos e/ou segmentos ao movimento de acesso aberto.

A Declaração da Cidade do Cabo, definida em 2007, surge através da busca por uma educação mais acessível e eficaz, resultando na criação de um movimento pela educação aberta que combina a tradição do compartilhamento das ideias de diversos educadores e com a cultura da Internet. Essa nova estrutura educacional foi idealizada sobre a premissa de que todos têm a liberdade de usar, personalizar, melhorar e redistribuir os recursos educacionais, sem qualquer restrição. Para o cumprimento desse objetivo foi atribuído funções para a promoção da educação aberta. Para educadores e estudantes foi destinado o papel de participar na criação, uso, adaptação e melhoria dos recursos educacionais abertos. Os educadores, autores, editores e instituições ficaram responsáveis por disseminar seus recursos educacionais abertamente, esses devem estar disponíveis também para serem compartilhados por meio de licenças livres para facilitar sua utilização, revisão, tradução e melhora, assim como precisam ser publicados em modelos de fácil uso e edição, e que sejam ajustáveis a diversos tipos de plataformas tecnológicas e disponíveis em formatos que sejam acessíveis àqueles que possuem deficiências. Os governos, conselhos escolares, faculdades e universidades são responsáveis por priorizar a educação aberta, e devem disponibilizar abertamente todos os recursos educacionais que são financiados com dinheiro público e os depositarem em repositórios. Essas estratégias estimularão o processo de inovação do ensino e

proporcionarão novas oportunidades de visibilidade e impacto para as pesquisas. (DECLARAÇÃO da Cidade do Cabo, 2007). Fica evidente que a Declaração da Cidade do Cabo se baseia em alguns conceitos da Bethesda ao afirmar que seus usuários podem copiar, usar, compartilhar as obras que estão disponíveis através de uma licença. No entanto, a Declaração da Cidade do Cabo ainda acrescenta outros direitos dos usuários como: tradução, adaptação, revisão e personalização do material.

A Declaração de Washington, firmada em 2011, foi motivada pela discussão sobre como a proteção da propriedade intelectual tornou-se uma barreira para o progresso econômico, principalmente para países menos desenvolvidos, visto que dificulta o acesso ao conhecimento. A declaração reforça o pensamento de que é de interesse público que as pesquisas sejam gratuitas para todos fazerem uso sem restrições. Com o intuito de proteger os direitos de liberdade e de expressão dos usuários e controlar expansões dos direitos de propriedade intelectual que ameaçam o acesso a bens intelectuais e serviços essenciais. A Declaração de Washington (2011) declara que os usuários têm o direito de buscar, receber e transmitir informação em ambientes digitais sem quaisquer restrições, determinando que a informação esteja disponível através de licenças ou termos de uso que possibilitem ampliar o uso público ou por meio de modelos alternativos de publicação e distribuição para evitar a apropriação indevida. Logo, podemos observar que a Declaração de Washington reafirma os conceitos propostos pela Declaração de Bethesda, dizendo como os usuários podem utilizar conhecimentos licenciados em ambientes digitais, como também ambas expõem uma preocupação em proteger os autores da apropriação indevida de suas obras por terceiros.

A Open Educational Resources (OER) Declaration de Paris foi instituída em 2012 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Comunidade de Aprendizagem (COL, em inglês), tendo como objetivo incentivar os governos mundiais a promover e usar os recursos educacionais abertos para que os materiais financiados com recursos públicos estivessem disponíveis sob uma licença para uso de todos. Portanto, a Declaração OER (2012) define recursos educacionais como materiais de ensino, aprendizagem e pesquisa disponíveis em quaisquer suportes digital ou outros, que estejam em domínio público ou sob uma licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e disseminação gratuita, sem nenhuma ou quase nenhuma restrição. A Declaração de OER reafirma a

definição de que a obra deve estar disponível sob uma licença aberta que permita acesso, uso, adaptação e disseminação gratuita proposta pela Declaração de Bethesda. Além disso, a declaração apresenta os tipos de materiais que são considerados recursos educacionais abertos.

A Declaração do México, estabelecida em 2017, conta com quatro órgãos responsáveis por moldar, promover e proteger o ecossistema de acesso aberto na América Latina, sendo eles: Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, do Caribe, Espanha e Portugal (LATINDEX), Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC), Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esses quatro órgãos partilham o objetivo de impedir a comercialização de pesquisas financiadas com dinheiro público, possibilitando que a produção de novos conhecimentos estivesse livre de restrições de compartilhamento, distribuição e uso. Por esse motivo, a Declaração do México (2017) recomenda o uso da licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual (CC BY-NC-SA) em publicações abertas, desse modo é permitido compartilhar, distribuir, usar para fins acadêmicos e não comerciais, baixar e produzir trabalhos derivados, os quais devem ser compartilhados e licenciados sob os mesmos termos para que outros também possam fazer os mesmos usos. Diferente do que é proposto pela Bethesda, a Declaração do México parte do pressuposto de que todo trabalho acadêmico e científico de acesso aberto financiado com recursos públicos deve utilizar a licença CC BY-NC-SA, visto que ela impede que os conteúdos produzidos sob essa licença sejam usados para fins comerciais pelas editoras que as publicam, mas ainda permite que os usuários utilizem a obra livremente.

Visando um melhor entendimento, o quadro 1 exibe uma síntese analítica de como cada declaração apresenta o teor das licenças em seus textos:

Quadro 1: Declarações de Acesso Aberto e sua abordagem sobre as licenças

Título da Declaração	Região abrangida	Ano	Abordagem sobre as licenças
Declaração de Bethesda	Global	2003	Deve permitir que seus usuários tenham licença para copiar, usar, compartilhar, imprimir, produzir e distribuir obras derivadas, devendo apenas ter o cuidado de atribuir apropriadamente seu autor e fazer o uso responsável da

			obra.
Declaração da Cidade do Cabo	Global	2007	Todos os recursos educacionais devem estar disponíveis para serem compartilhados por meio de licenças livres para facilitar seu uso, revisão, tradução, adaptação, personalização, melhora e disseminação por seus usuários.
Declaração de Washington	Global	2011	Os usuários têm o direito de buscar, receber e transmitir informação sem restrições, a qual deve estar disponível através de licenças ou termos de uso que possibilitem ampliar o uso público ou por meio de modelos alternativos de publicação e distribuição, evitando a apropriação indevida.
OER Declaration	Global	2012	Os materiais abertos devem estar disponíveis em qualquer suporte, seja ele digital ou não, precisam estar em domínio público ou sob uma licença aberta que permita o acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuita por terceiros sem nenhuma ou quase nenhuma restrição.
Declaração do México a favor do ecossistema de acesso aberto não comercial da América Latina	América Latina, Caribe, Espanha e Portugal	2017	Sugere o uso da licença CC BY-NC-SA nas publicações, sendo permitido o compartilhamento, distribuição, uso para fins acadêmicos e não comerciais, baixar e produzir trabalhos derivados, os quais devem ser compartilhados e licenciados sob os mesmos termos para que outros também possam fazer os mesmos usos.

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, todas as declarações citadas têm em comum o comprometimento em garantir que a produção científica financiada com recursos públicos esteja disponível abertamente, além de dar a liberdade para os usuários usarem, reusarem, copiarem, compartilharem e adaptarem sem que esse conhecimento esteja obstruído por leis restritivas de acesso e comercialização da informação. Além disso, as declarações sugerem que as produções científicas abertas sejam disponibilizadas através de uma licença livre ou equivalente, em outras palavras, devem estar disponíveis por meio de uma permissão que possibilite o livre compartilhamento do conhecimento, portanto, diferente da ausência de licenciamento.

Certamente as declarações tornaram-se um importante marco no movimento de acesso aberto ao promoverem e acelerarem o processo do acesso livre, gratuito e irrestrito à literatura científica, como também foram essenciais para estabelecer estratégias diretas e eficazes para alcançar tais objetivos. Estratégias essas que serão ressaltadas e detalhadas no tópico a seguir.

2.4 Estratégias para o Acesso Aberto: via dourada e via verde

Devido ao aumento na necessidade de transformar a pesquisa gratuita e disponível para todos que possuíssem um computador com rede de Internet, ações foram tomadas no campo dos sistemas de publicações com o propósito de incentivar o acesso e a divulgação das produções científicas. A BOAI, portanto, estabeleceu duas estratégias básicas como meios efetivos e eficientes para se cumprir com o propósito do acesso aberto e garantir que o acesso às publicações não gerará despesas para os usuários, podendo estes desfrutar do conteúdo sem restrições. Essas estratégias foram fundamentadas pelo protocolo Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH), que desenvolveu e promoveu padrões de interoperabilidade que visavam facilitar a disseminação de conteúdo de arquivos e-print.

A primeira estratégia, denominada posteriormente como via dourada por Harnad et al (2008), diz respeito aos periódicos científicos de acesso aberto cujos seus conteúdos são mantidos e assegurados pelas editoras que publicam nesse formato. Diferentemente da cobrança por assinaturas, esse modelo de periódico cobra para que o artigo seja publicado. Esse modelo ficou popularmente conhecido como ‘publicação paga pelo autor’, no entanto, é errado afirmar isso, pois, na maioria das vezes, quem cobre o valor das taxas de publicação são as bolsas de pesquisa ou as instituições que financiam os pesquisadores, raro são os casos que o autor tem que assumir as despesas, além haver a possibilidade de pedir isenção das taxas (BARROS, 2012; HUBBARD, 2007; SUBER, 2012;). O Brasil é um de vários países que adotou programas de financiamentos com recursos públicos, feito através da distribuição de bolsas de pesquisas, de modelos de consórcios de bibliotecas, como o Portal Capes e o financiamento de pesquisas feitos por sistemas e instituições de fomento como: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Dentre os diretórios mais reconhecidos e confiáveis de periódicos acadêmicos que seguem o padrão de acesso aberto, podemos citar o Directory of Open Access Journals (DOAJ). Esse diretório online oferece acesso aos periódicos de diversas áreas do conhecimento, os quais estão disponíveis para todos países e idiomas. O DOAJ tem como objetivo aumentar a visibilidade, acessibilidade, reputação, uso e impacto dos periódicos

científicos de acesso aberto, independentemente da área, geografia ou idioma, ainda trabalha junto a editores, publicadores e proprietários de periódicos para auxiliá-los a melhorar suas práticas e padrões de publicações (DOAJ, 2003). Em sua página de transparência, o diretório lista dezesseis itens, os quais devem ser cumpridos para que os periódicos possam ser indexados a plataforma, entre os principais tópicos destaca-se as políticas de copyright e licenciamento e a taxa para submissão do trabalho, uma vez que o diretório define periódicos de acesso aberto de acordo com a definição estabelecida pela BOAI, como é mencionado por Morrison (2008), ou seja, os periódicos científicos estão disponíveis de forma gratuita sem embargos financeiros e de permissão de uso. Em um dos tópicos sobre as políticas do DOAJ, afirma-se que tanto as políticas de copyright como as de licenciamento de conteúdo devem estar indicadas e descritas nas diretrizes para autores e nas normas do site do periódico, ressalta, ainda, que caso o autor tenha autorização para publicar seus trabalhos sob uma licença Creative Commons, todas cláusulas da licença devem estar devidamente sinalizadas. Outra política refere-se às taxas ou encargos que são exigidos para que os manuscritos e/ou materiais possam ser submetidos nos periódicos. O DOAJ explicita que as cobranças de taxas, como também a isenção delas devem estar visivelmente indicadas no site das editoras para conhecimento dos autores, antes destes submeterem suas pesquisas. Portanto, é de suma importância que as políticas e licenças de uso dos periódicos e artigos estejam disponíveis para que os usuários possam se beneficiar livremente do conhecimento, melhorando a visibilidade, disseminação e uso dos periódicos e artigos de acesso aberto e, conseqüentemente, ajudando a promover um sistema de publicação e comunicação científica que se preocupa em oferecer acesso a produção científica sem quase nenhuma barreira.

A segunda estratégia, denominada por Harnad et al (2008) como via verde, consiste no arquivamento, isto é, uma cópia da publicação científica completa deve ser armazenada pelo(s) próprio(s) autor(es) em repositórios institucionais, temáticos ou de teses e dissertações de acesso aberto para que fiquem disponíveis livremente na Internet. No Brasil, usamos o modelo denominado depósito mediado. Conforme Freitas (2015), o depósito de documentos em repositórios institucionais, temáticos ou de teses e dissertações de acesso aberto é efetuado por terceiros, em sua maioria, pelos próprios bibliotecários das instituições. A autora ainda aponta que o depósito mediado “pode servir como um meio para sensibilizar autores e

membros da comunidade acadêmica sobre os benefícios dos repositórios institucionais” (FREITAS, 2015, p. 3). A diferença entre os dois modelos (arquivamento e depósito mediado) é quem vai fazer o depósito do documento no repositório, isto é, no modelo do arquivamento são os pesquisadores que fazem o depósito de sua produção científica no repositório e no depósito mediado são os bibliotecários ou pessoas responsáveis pelo repositório que realizam o depósito.

Os dois modelos de depósito requerem que os autores possuam autorização para depositar ou terem suas obras depositadas nos repositórios de acesso aberto, no entanto, por vezes, esse direito de depósito passar a ser das instituiçõesadoras ou terceiros, devendo o autor solicitar a permissão do(s) detentor(es) desse direito para disponibilizar seus trabalhos em outras plataformas. Nesse tipo de estratégia, o acesso aberto ocorre quando repositórios disponibilizam de forma ampla e livre artigos e outras publicações científicas, especialmente aquelas que foram divulgadas em periódicos científicos restritos cujo acesso só pode ser feito através do pagamento de assinaturas (COSTA, 2006, p. 41). Em vista disso, o arquivamento ou depósito mediado de publicações científicas passaram a ser os meios para obter acesso gratuito aos trabalhos de diversos autores-pesquisadores, proporcionando uma maior divulgação da produção científica, ao mesmo tempo que favorece a visibilidade de determinado periódico.

Os principais diretórios que possuem como objetivo organizar as iniciativas de acesso aberto no mundo são o Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR) e o Registry of Open Access Repositories (ROAR). Segundo Garcia-Vera et al, Anderson e Hodges (2015 apud Dawson e Yang, 2016), o ROAR é o maior diretório que aceita submissão direta e a inclusão de outros tipos de materiais além de publicações acadêmicas de acesso aberto, já o OpenDOAR tem um maior controle dos materiais que são enviados para a submissão, sendo estes só aceitos se estiverem de acordo com os critérios da equipe de avaliação, além de requisitar que as publicações acadêmicas estejam em acesso aberto.

O OpenDOAR trata-se de um diretório global de repositórios acadêmicos de acesso aberto, o qual só admite aqueles repositórios em que os resultados e recursos acadêmicos estejam disponíveis de forma aberta e gratuita para seus usuários (OPENDOAR, 2005).

Segundo a página do site do diretório, para que um repositório possa ser indexado ao OpenDOAR, ele deve seguir algumas especificações como:

a) o conteúdo dos repositórios devem estar disponíveis gratuitamente, sem nenhum tipo de barreira para acessar (necessidade de fazer login ou registrar-se, mesmo que seja gratuito); b) o texto deve estar completo e não sendo apenas um extrato, visualização, resumo, registro bibliográfico e metadados; o repositório deve estar acessível para qualquer usuário da web; c) o repositório deve disponibilizar [todo e qualquer] resultado de pesquisas acadêmicas e/ou recursos acadêmicos com metadados ou documentos suficientes para tornar o material reutilizável; d) não ser um periódico eletrônico; e) não ser um agregador que contenha apenas links para conteúdos de sites externos; f) não deve ser um catálogo de biblioteca ou coleção de e-books (OPENDOAR, 2005).

O OpenDOAR⁵ mantém um total de 5.720 repositórios classificados conforme sua localização geográfica: Estados Unidos (915), Japão (681), Reino Unido (318), Alemanha (281), Espanha (178), Turquia (171), Peru (170), Indonésia (163), França (159), Brasil (154), Croácia (148), Itália (139), Polônia (128), Ucrânia (106), Índia (102), Colômbia (100), Canadá (99), Austrália (89), Países Baixos (74), Argentina (73), Noruega (67), China (64), Portugal (61), Taiwan (60), México (51), Rússia (50), Suécia (50), Sérvia (48), África do Sul (48) e em outros demais países.

O ROAR é um diretório internacional que monitora, descreve e indexa os repositórios institucionais de acesso aberto e seus conteúdos. De acordo com Melis (2013), esse repositório digital promove o desenvolvimento do acesso aberto ao fornecer informações sobre o crescimento e a situação dos repositórios internacionais, também maximiza o acesso à pesquisa e seu impacto na sociedade científica, tornando a pesquisa mais produtiva e eficaz.

O ROAR⁶ condiciona um total de 4.654 repositórios registrados em sua plataforma, localizados na Europa (1711), Ásia (1040), América do Norte (1027), América do Sul (595), África (181) e na Oceania (100).

2.5 Limites do alcance das iniciativas de acesso aberto

Desde sua criação até os dias atuais, as publicações acadêmicas estão inseridas em um ambiente cheio de conflitos e divergências entre editoras, pesquisadores, autores, bibliotecas e instituições de ensino e pesquisa, esses obstáculos evidenciaram diversas dificuldades para a

5 Fonte: https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html. Acesso em: 5 abr. 2022.

6 Fonte: <http://roar.eprints.org/view/geoname/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

operacionalização dos objetivos do acesso aberto, assim como estabelecê-lo como uma alternativa ao modelo tradicional.

Nos periódicos tradicionais, conforme Clobridge (2014), Björk (2004) Hubbard (2007), os pesquisadores transferem os direitos autorais de seus trabalhos às editoras comerciais como parte do processo de publicação pelos serviços que são prestados pela editora, consequentemente, perdendo o direito de copiar e distribuir esses artigos, ou seja, os autores abrem mão de parte de seus direitos sobre seus trabalhos (muitas vezes não recebendo nenhuma remuneração por isso) em troca dos serviços de revisão de artigos, classificação da qualidade, marketing, divulgação e afins. Nesses casos, os autores perdem o direito de copiar e distribuir esses artigos. Björk (2004) afirma que muitos contratos de direitos autorais permitiam a distribuição de uma pequena quantidade de cópias pelo autor, todavia, com o advento da internet, as distribuições não comerciais por meio de cópias via web, isso revelou-se um problema, uma vez que esses acordos sobre direitos não apresentavam definições claras sobre essa prática.

A via dourada seguiu por uma linha mais direta de licenciamento semelhante à usada pela comunidade de programação de código aberto, denominada copyleft (BJÖRK, 2004). Ao contrário do modelo tradicional, os periódicos de acesso aberto dependem e necessitam que os autores tenham mais domínio de seus direitos sobre os contratos de publicações para que a via dourada tenha sucesso. Consequentemente, é de interesse das estratégias de acesso aberto, como afirma Suber (2012, p. 22-23), que os autores preservem alguns direitos que eram dados as editoras, principalmente os direitos que concedem autorização para publicar abertamente e as permissões para se fazer cópias. Embora a via dourada tenha conseguido, de certa forma, ‘derrubar’ a barreira relacionada aos direitos autorais, a produção dos periódicos de acesso aberto continua não sendo gratuita, apesar de ser mais barata para se produzir que as publicações que cobram por assinaturas. As publicações de artigos em periódicos que fornecem acesso aberto mediante a cobranças de taxa de processamento de artigos são designadas como híbridas, modelo que foi criado e adotado pelas editoras para aderirem ao acesso aberto sem perder a receita (CANTO, MURIEL-TORRADO, PINTO, 2020, p. 92).

O modelo baseado na cobrança de taxas é bastante comum em países do hemisfério norte, no entanto, esse cenário tem se mostrado bastante diferente na América Latina, visto

que os países latinos investem em culturas e infraestruturas orientadas para o acesso aberto (COUTO; FERREIRA, 2019, p. 4). O modelo de publicação existente na América Latina é um sistema onde a maioria dos periódicos são financiados, editados e publicados por sociedades, associações ou instituições científicas sem fins lucrativos, as quais utilizam de contribuições dos associados e/ou de subsídios do governo para financiar as pesquisas (NASSI-CALÒ, 2013; PACKER, 2011).

Rodrigues e Abadal (2014) indicam que o Brasil desenvolveu seu modelo de pesquisa com a ajuda das universidades e de programas governamentais de pesquisa, além da elaboração de uma plataforma tecnológica para apoiar os periódicos científicos nacionais. Dentre os programas e fontes de financiamento nacionais mais evidentes, estão o programa nacional de Apoio à Editoração e Publicação de Periódicos Científicos, gerenciado pelo CNPq e Capes, ele aprova recursos financeiros para custear os periódicos científicos brasileiros, contamos também com o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer) dirigido pelo IBCT, esse sistema é responsável pela gestão online dos processos editoriais dos periódicos brasileiros, e, por último, dispomos do programa SciELO, que faz a indexação e a publicação online de periódicos e artigos (PACKER, 2011; RODRIGUES; ABADAL, 2014). Portanto, fica evidente a quase inexistência de um sistema de cobrança de taxas no Brasil, uma vez que os periódicos são financiados por agências do governo e de fomento (RODRIGUES; ABADAL, 2014).

A problemática da via dourada está diretamente ligada ao modelo tradicional de periódicos, segundo Harnad (2014 apud Williams, 2014), os custos para financiar as alternativas de acesso aberto se tornaram insustentáveis para o orçamento das bibliotecas e instituições financiadoras, visto que 80% dos periódicos ainda cobram por assinaturas, prejudicando o dinheiro que poderia ser investido no custeio dos artigos da via dourada. Com base nisso, podemos afirmar que o maior obstáculo que impede o avanço da via dourada é o aumento crescente nos custos das assinaturas de periódicos pagas pelas instituições de fomento à pesquisa, os quais impossibilitam um maior incentivo e investimento em iniciativas que requerem pagamento de taxas de processamento, mas que estão disponíveis livremente para os seus usuários.

Conforme Costa e Alvez (2019), a via verde consiste no compromisso firmado pelas instituições produtoras de conhecimento científico em disseminar e armazenar literatura de acesso aberto. Um dos grandes problemas, atualmente, enfrentados pela via verde é o direito autoral, pois a disponibilização da produção para a comunidade científica depende das publicações abertas, da prática do arquivamento e do depósito mediado, essas ações só podem ser cumpridas se as editoras concordarem em liberar as licenças e autorizações necessárias para depositar as pesquisas em repositórios abertos. Além disso, ainda há o problema do período de embargo, período que varia de seis meses a um ano que é estipulado pelas editoras para que um artigo seja disponibilizado em acesso aberto em outros repositórios (BJÖRK, 2004; CLOBRIDGE, 2014; DAWSON; YANG, 2016; HUBBARD, 2007). De acordo com Hubbar (2007), tais embargos podem estar ligados com uma reação de incerteza das editoras com relação às publicações simultâneas e não comerciais em repositórios abertos. Björk (2004) complementa dizendo que o arquivamento só é permitido porque ainda não causa prejuízos aos lucros das editoras, a partir do momento que as publicações de acesso aberto receberem uma maior visibilidade e afetarem negativamente o lucro das editoras, pode ser que os acordos de direitos autorais se tornem mais rígidos e sejam monitorados ativamente para verificar seu cumprimento.

A via verde depende da disponibilização do conhecimento científico por meio dos repositórios digitais de informação científica aberta, isso só é possível através de negociações feitas com as instituições responsáveis pelas publicações, as quais são as detentoras dos direitos de distribuição. Assim, os diretórios de difusão de políticas editoriais para o acesso aberto foram elaborados para melhorar a comunicação das instituições publicadoras a respeito das possibilidades de armazenamento e distribuição dos artigos publicados (COSTA; ALVEZ, 2019, p. 43).

Costa e Alvez (2019) afirmam que os diretórios são como ferramentas que ajudam a facilitar os serviços de disponibilização e interpretação do posicionamento editorial em relação ao acesso e armazenamento dos conteúdos publicados, colaborando para:

- a) melhoria dos acordos firmados entre as partes envolvidas no processo de publicação de trabalhos científicos – autores, editores e gestores de repositórios digitais – e;
- b) redução de problemas relacionados às concessões e usos indevidos de trabalhos publicados. Especialmente no que tange o acesso aberto, por meio do registro das políticas em diretórios, [...] as editoras e/ou instituições publicadoras têm a

possibilidade de explicitar o grau de concordância que adotam em relação ao movimento de acesso aberto, em virtude da declaração feita sobre o tipo de acesso permitido pelo periódico (aberto, híbrido ou restrito) (COSTA; ALVEZ, 2019, p. 43).

Os principais diretórios de divulgação de políticas para o acesso aberto, são: Diadorim, Sherpa/RoMEO e Dulcinea, esses constituem, ainda, conforme Costa e Alvez (2019), fontes confiáveis de informação para a difusão e divulgação de questões ligadas ao acesso, uso e fornecimento de informações submetidas e/ou publicadas nos periódicos, além de atuarem como instrumentos de ajuda para o cumprimento das atividades de disponibilização e interpretação das políticas editoriais.

SHERPA/RoMEO ([201-?]) é uma base de dados produzida como parte do projeto Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access (SHERPA) que agrega e apresenta políticas de acesso aberto de editoras e periódicos, como também fornece resumos de permissões de arquivamento e condições dos direitos concedidos pelos autores. Esse diretório compila os serviços de difusão de políticas editoriais, em sua maioria da Europa, mas também hospeda políticas de países como: Brasil, Canadá, Estados Unidos e Austrália. As políticas editoriais registradas no SHERPA/RoMEO são organizadas e classificadas através de um sistema de cores, deste modo, cada cor configura um tipo de categoria de permissão e restrições de arquivamento que são definidas pelos editores (COSTA; ALVEZ, 2019; HUBBARD, 2007). Os diretórios Dulcinea e Diadorim incorporaram essa nomenclatura das cores em suas políticas editoriais para organizar as informações disponíveis sobre os modos de arquivamentos que podem ser realizados em repositórios digitais de acesso aberto.

Diferentemente do SHERPA/RoMEO, que reúne políticas editoriais de diversos países, o diretório Dulcinea é restrito aos periódicos espanhóis. Esse diretório foi produzido dentro de um projeto sobre acesso aberto à produção científica na Espanha coordenado pelo Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Segundo Costa e Alvez (2019), o Dulcinea tem por objetivo esclarecer as dúvidas a respeito dos requisitos de submissão dos artigos nos periódicos científicos espanhóis, ajudar o trabalho dos gestores do repositório através das informações disponíveis, estabelecer boas práticas de políticas sobre direitos autorais para

evitar conflitos entre editores, autores e repositórios, além explicar, de modo claro, os tipos de uso e reuso que podem ser feitos das obras publicadas em periódicos científicos.

O Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim) é um serviço que reúne informações referentes às autorizações concedidas para o armazenamento e acesso aos periódicos científicos brasileiros que estão em repositórios digitais de acesso aberto, é um serviço criado e mantido pelo IBICT (DIADORIM, [201-?]). Esse diretório tem como objetivo identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas definidas pelas editoras de periódicos relacionado com o armazenamento dos artigos em repositórios institucionais. É um diretório voltado para auxiliar autores, editoras científicas e gestores de repositórios institucionais, pois permite que o(s) autor(es) selecione(m) quais periódicos atendem ou não seus requisitos para publicação; possibilita que os editores informem ou estabeleçam quais as permissões são concedidas para acesso, armazenamento e condições de uso dos artigos publicados, possibilitando que o acordo combinado entre autores e editores seja cumprido; facilita trabalho dos gestores ao saber quais editoras admitem que um artigo publicado seja armazenado e acessado em seu repositório institucional e quais são as condições estabelecidas (DIADORIM, [201-?]).

Portanto, os diretórios têm o importante papel de auxiliar os gestores dos repositórios institucionais e autores a localizar informações associadas às políticas de direitos autorais, permissões de armazenamento e arquivamento dos conteúdos publicados por uma editora e/ou instituição publicadora. A fim de evitar problemas de concessões e usos indevidos dos trabalhos publicados e cumprir com os acordos firmados entre as partes envolvidas, o uso de licenças de conteúdo e de distribuição foi a forma encontrada pelo acesso aberto para isso, assunto que trataremos no item a seguir.

2.6 Licenças de conteúdo e distribuição

Devemos lembrar que a produção científica de acesso aberto é aquela produzida sem barreiras de preço e de permissão, as quais não bloqueiam o acesso e nem limitam o uso da literatura. Para Suber (2006), os requisitos físicos exigidos para uma obra de acesso aberto é a disponibilidade digital via Internet, já os requisitos jurídicos são que a obra não esteja bloqueada por direitos autorais e nem por licenças restritivas. O autor ainda sugere dois meios

para acabar com esses entraves: o primeiro consiste tornar a obra domínio público; o segundo meio seria adquirir a permissão do detentor dos direitos autorais para todos os usos acadêmicos relevantes, como ler, baixar, copiar, compartilhar, armazenar, imprimir e pesquisar, além disso, os detentores ainda podem optar por reter alguns direitos sem que isso interfira no acesso e uso da obra. Exemplo disso é a proibição distribuição de cópias atribuídas de modo impróprio e a distribuição delas para fins comerciais. Portanto, é interessante que os direitos de publicação, disseminação e reprodução sejam flexíveis para que a publicação fique à disposição dos usuários e acessível via Web.

Os direitos autorais ainda geram bastante dúvidas entre os editores de periódicos, principalmente no momento de escolher o tipo de licença que mais se enquadra no modelo de acesso aberto escolhido para publicação (CANTO; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2020). Esses três autores apontam que, por mais que o movimento de ciência aberta tenha obtido espaço dentro do ambiente acadêmico científico, os direitos autorais ainda estão atrelados com o processo de produção científica, impossibilitando a propagação do acesso aberto idealizado pela Declaração de BOAI.

As prerrogativas do copyright foram desenvolvidas no continente europeu como uma ferramenta social e jurídica durante o século XVI, seu objetivo era reconhecer os autores como criadores legítimos de suas obras e atribuir o direito de uso e comercialização de seus trabalhos, além disso, a proteção jurídica que é conferida a uma obra engloba também seus diversos suportes de publicação, difusão, disseminação ou comunicação (CANTO; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2020, p. 84). Muller (2006, p. 34) afirma que o único interesse dos autores no copyright:

é assegurar que seus trabalhos sejam de fato reconhecidos como seus quando reproduzidos ou citados, que o crédito lhes seja dado, mas não impedir que sejam reproduzidos e lidos. **O autor espera que o direito autoral o proteja contra plágio e citação de seu trabalho sem o reconhecimento de crédito, não contra acesso ou reprodução do texto.** Enquanto para as editoras, o importante é resguardar o direito de acesso apenas para os que pagam (grifo nosso)

Logo após a criação da Internet, o sistema tradicional de publicação, assim como os direitos autorais, tornaram-se incompatíveis com os modelos de acesso, distribuição, compartilhamento e uso dos conteúdos digitais, principalmente porque a Lei de Direitos Autorais é bastante rígida e limitada, já que impossibilita certos usos das obras (ANDRADE,

MURIEL-TORRADO, 2017; CANTO; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2020) para ser aplicada dentro dos ambientes tecnológicos. Para esses autores, as licenças foram criadas como forma de flexibilizar o copyright e facilitar a compreensão do que se pode ou não fazer com as obras. Suber (2012, p. 21) complementa dizendo que as licenças não são uma tentativa de reformar, violar ou abolir os direitos autorais, uma vez que essas compatibilizam com a Lei de Direitos Autorais e necessitam, ainda, da autorização do detentor dos direitos para uso de uma obra.

As licenças são um tipo de contrato que autoriza o uso de obras, determinando que esta seja mantida de acordo com as condições estabelecidas no termo de licenciamento por seu proprietário, consentindo que seus usuários utilizem seu conteúdo (CANTO; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2020; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018).

Para Canto, Muriel-Torrado e Pinto (2020, p. 90-91)

a discussão acerca da adoção de licenciamento Creative Commons em periódicos científicos é relevante devido à existência de diferentes graus de abertura entre as licenças existentes. Assim, **a escolha de qual licença a ser adotada deve ser de acordo com a política de direito autoral definida pelo periódico, sob pena de levar a contradições e, inclusive, descaracterizar a publicação como sendo, de fato, Open Access.** (grifo nosso)

Embora as licenças tenham contribuído de forma positiva para flexibilizar termos e condições de uso e compartilhamento de obras, elas ainda geram algumas confusões quando aplicadas em trabalhos ou quando se faz uso de trabalhos com tais licenças, posto que muitas pessoas ainda não compreendem cada uma e suas particularidades. Por isso, é importante que os licenciantes leiam e entendam os termos e condições das licenças que desejam antes de aplicá-las, dado que elas são irrevogáveis (CREATIVE, [201-?]). Sendo assim, o autor ou o detentor dos direitos deve ter certeza se pretende ceder livremente seu trabalho ou aplicar algumas restrições de uso.

As licenças CC subdividem-se em seis possíveis combinações de permissão, cada uma indica os tipos de restrições e as liberdades de uso dos materiais licenciados. Abaixo, listamos e ordenamos as licenças conforme seu nível de permissão, isto é, das mais abertas para as mais restritivas:



a) Atribuição (CC BY): permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.



b) Atribuição-CompartilharIgual (CC BY-SA): permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as de software livre e de código aberto “copyleft”. Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial.



c) Atribuição-SemDerivações (CC BY-ND): permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído ao autor.



d) Atribuição-NãoComercial (CC BY-NC): permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e, embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.



e) Atribuição-NãoComercial-CompartilharIgual (CC BY-NC-SA): permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.



f) Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND): esta é a mais restritiva das seis licenças, só permite que outros façam download dos trabalhos e os compartilhem, desde que atribuam crédito ao autor, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Para que essas licenças possam ser empregadas de forma correta é necessário que, além de o autor renunciar alguns de seus direitos para que os usuários possam usar essas obras, os periódicos apresentem a licença que utilizam no seu site, do mesmo jeito, o artigo precisa estar igualmente identificado com a licença (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018, p. 12). Isso evita que haja problemas de licenciamento conflitantes e/ou incoerentes com as definições de acesso aberto atribuídas a obra.

No texto de dez anos da BOAI há um trecho sobre licenciamento e reutilização de obras, no qual é recomendado usar “a licença do Creative Commons atribuição (CC-BY) [...] como a licença ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalho acadêmico” (BUDAPEST 10, 2012). Fundamentado nisso, os periódicos de acesso aberto deveriam adotar as licenças Creative Commons com base nas condições desejadas de compartilhamento e uso das pesquisas publicadas, dando preferência a atribuição CC BY como sugerido pela BOAI, por ser a licença menos restritiva e que mais se molda as condições de disseminação e uso de obras de acesso aberto. Contrariamente ao sugerido pela BOAI, a Declaração do México (2017) propõe o uso da licença CC BY-NC-SA como licença ideal para as publicações de acesso aberto, exigindo atribuição devida ao autor, bloqueando a obra para uso comercial e determinando que os trabalhos derivados sejam licenciados sob os mesmos termos de uso da obra original. A declaração alega que o uso de uma licença mais restritiva impede a comercialização de pesquisas que são financiadas com recursos públicos, a fim de assegurar que a concepção de novos conhecimentos se encontre livre das restrições de distribuição, uso e compartilhamento. Embora essas duas declarações sejam opostas e tenham suas particularidades a respeito do licenciamento e reutilização de obras, ambas permitem e dão mais liberdade aos usuários do que a maioria dos periódicos que licenciam seu(s) conteúdo(s) com todos os direitos reservados.

2.7 Guerilla Open Access (GOA)

Nos muitos textos analisados para a produção dessa pesquisa, observamos que ainda não há um consenso entre os pesquisadores da área e, por isso, nenhuma nomenclatura definitiva foi adotada para esse tipo de iniciativa que surgiu recentemente. Por isso, julgamos necessário atribuir uma terminologia para tratarmos do assunto. Nesta pesquisa, utilizaremos a denominação ‘*guerilla open access*’ ou ‘GOA’, termo atribuído por Aaron Swartz em seu manifesto que leva o mesmo nome. A escolha dessa terminologia é devido ao papel desempenhado por Aaron Swartz na luta pelo acesso livre e gratuito para todos. Dentre os termos empregados durante a busca por literaturas acerca do tema, estão: compartilhamento digital não-autorizado, compartilhamento peer-to-peer, pirataria de artigos científicos, black open access, guerilla open access, shadow library e pirated papers.

Para muitos cientistas, o sistema tradicional de assinatura e/ou a compra de artigos separados se torna insustentável e traz consequência para o progresso e avanço de suas pesquisas. O acesso pago pode ser um problema até mesmo para aqueles que possuem vínculo institucional, visto que o artigo desejado muitas vezes se encontra em periódicos que não são assinados por sua instituição acadêmica. Frustrados com as dificuldades de acesso impostas pelos conglomerados editoriais e com o desenvolvimento uniforme do acesso aberto, cientistas e acadêmicos estão optando por iniciativas que estimulam e promovem o compartilhamento e acesso à literatura científica de maneira ilegal (BJÖRK, 2017, p. 173; COUTO; FERREIRA, 2019, p. 4; KARAGANIS, 2018; MONTI; UNZURRUNZAGA, 2021, p. 115).

De acordo com Bodó (2011), o surgimento dos mercados ilegais está diretamente ligado com a dificuldade enfrentada por fornecedores legais em suprir as demandas do mercado, seja por escolha ou por não serem capazes. Machado (2016, p. 171) alega que “a indústria cultural depende essencialmente de uma escassez artificial de informação para a formação de preços em seu negócio, baseado na lógica do monopólio da propriedade intelectual”. Björk (2017), Monti e Unzurrunzaga (2021) trazem uma visão diferente, os autores apontam que essa nova forma de comunicação científica está ligada com indignação e revolta com a comercialização do conhecimento pelas editoras, quando o mesmo deveria estar

disponível gratuitamente para todos, uma vez que trata-se de um bem comum. Logo, podemos dizer que a *guerilla open access* é uma resposta gerada pelas falhas criadas pelo sistema científico de publicações, que é comandado pelos monopólios editoriais, o qual se mostrou ineficiente em atender as demandas da comunidade acadêmica ao criar uma escassez informacional e ao controlar a circulação de informação através do pagamento de assinaturas e taxas de acesso.

Bodó (2016), Björk (2017) e Couto e Ferreira (2019) caracterizam a GOA como uma iniciativa que promove o uso, o compartilhamento, o download e o livre acesso aos artigos acadêmicos por meio da Internet sem permissão dos detentores dos direitos, ou seja, são iniciativas que violam Leis de Direitos Autorais ou licenças estabelecidas pelas editoras e autores para fornecerem – de forma ilegal – acesso gratuito e irrestrito às publicações científicas. Conforme Couto e Ferreira (2019), o compartilhamento via GOA se baseia em dois modelos de colaboração científica. O primeiro modelo consiste no compartilhamento independente e pautado no interesse dos cientistas em distribuir para seus colegas os resultados de sua(s) pesquisa(s), essas disseminações são feitas através de correspondências, e-mails ou rede sociais científicas online, como o ResearchGate. O segundo modelo utiliza de tecnologias para hackear e estabelecer redes ilegais de compartilhamento de artigos para contornar obstáculos de acesso em prol da liberdade de informação.

Aaron Swartz foi um ativista que ficou conhecido por dedicar sua vida em prol da luta contra a privatização do conhecimento. Defensor da liberdade e livre acesso à informação via Internet, Swartz achava que o modo como as grandes corporações dominavam e controlavam o acesso ao conhecimento científico era inaceitável, afinal, muitas dessas pesquisas foram financiadas com dinheiro dos contribuintes ou subsídios do governo (BODÓ, 2015). No ano de 2008, Aaron escreve o Manifesto Guerilla Open Access⁷, documento que demonstra sua revolta com o sistema de publicação acadêmica. Por isso, convidava alunos, bibliotecários e cientistas, isto é, aqueles que tinham o privilégio de acessar tais recursos científicos, a não obedecer as leis injustas e se juntarem num grande ato de desobediência civil para demonstrar oposição à privatização do conhecimento. Diante disso, ele faz um pedido a todos que tenham acesso a esses recursos, sugerindo que

7 Fonte: <https://openaccessmanifesto.wordpress.com/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

precisamos pegar a informação, onde quer que ela esteja armazenada, fazer nossas cópias e compartilhá-las com o mundo. Precisamos pegar o material que não está protegido por direitos autorais e adicioná-lo ao arquivo. Precisamos comprar bancos de dados secretos e colocá-los na Web. Precisamos baixar revistas científicas e fazer upload para redes de compartilhamento de arquivos (SWARTZ, 2008, tradução nossa).⁸

Em 24 de setembro de 2010, Swartz consegue acesso ao sistema de rede do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e inicia um download massivo de artigos da base de dados da Journal Storage (JSTOR). Essa operação durou alguns meses até ser interrompida, quando as autoridades federais pegaram Swartz através de uma câmera que foi instalada para reunir evidências de seu crime. Embora o governo americano tenha alegado que o objetivo de Aaron era compartilhar livremente esses documentos, sua verdadeira intenção nunca foi revelada (BODÓ, 2016). Swartz foi indiciado por diversas acusações criminais, entre elas: fraude eletrônica, acesso não autorizado a computadores e fraude de computadores, as quais poderiam lhe render 35 anos de reclusão e uma multa de 1 milhão de dólares. Aaron Swartz passou os dois últimos anos de sua vida sob enorme pressão de ter que lidar com os trâmites judiciais, mas, infelizmente, ele não conseguiu suportar tamanha pressão e sua vida terminou de forma trágica. Após o seu falecimento, muitas pessoas questionaram o modo como as autoridades lidaram com o caso, julgando que o ato de baixar muitos artigos de uma vez se igualaria ao ato de pegar emprestado vários livros de uma biblioteca, prática que não se configura como crime (INTERNET'S, 2014).

Assim como diversos pesquisadores e acadêmicos que estão longe dos privilégios providos pelas universidades americanas e europeias, a estudante de neurociência Alexandra Elbakyan passou por grandes dificuldades para conseguir artigos para escrever sua tese de mestrado, porque a universidade de seu país não assinava as principais bases de dados de publicações científicas, tendo que recorrer a fóruns de discussão acadêmica e aos colegas para conseguir acesso aos artigos pagos (KARAGANIS, 2018). Em 2011, Alexandra cria o Sci-Hub, um web site clandestino de distribuição de conhecimento que busca contornar os obstáculos do acesso pago. Seu objetivo era transformar o Sci-Hub numa ferramenta de combate à desigualdade informacional e mecanizar o processo de compartilhamento, já que o

⁸ No original: “We need to take information, wherever it is stored, make our copies and share them with the world. We need to take stuff that's out of copyright and add it to the archive. We need to buy secret databases and put them on the Web. We need to download scientific journals and upload them to file sharing networks. We need to fight for Guerilla Open Access” (SWARTZ, 2008).

intuito do site é disponibilizar conhecimento a todos, independe de qualquer barreira econômica, social, geográfica e etc.

Sci-Hub tornou-se bastante popular e caiu nas graças da comunidade científica mundial por facilitar e possibilitar um número ilimitado de downloads a dezenas de milhões de artigos de pesquisa de forma gratuita. Por outro lado, as editoras não ficaram satisfeitas e deram início a uma longa e árdua batalha judicial para derrubar o Sci-Hub. Em 2015, a editora Elsevier entrou com um processo contra o Sci-Hub por violação de direitos autorais e propriedade intelectual, a Corte de Nova York sentenciou o site a pagar 15 milhões de dólares à editora pelos danos causados e determinou que o site fosse encerrado nos EUA, todavia, o Sci-Hub apenas mudou seu domínio e seguiu ativo (COUTO; FERREIRA, 2019; CHAWLA; MARTÍN, 2017; WUYTS, 2017). Alexandra nunca se apresentou ao tribunal, ao invés disso, escreveu uma carta alegando que o Sci-Hub era benéfico para a sociedade acadêmica, já que vários pesquisadores tinham problemas para acessar os artigos, e também mencionou que a forma como as editoras exerciam seus negócios era desonesto e ilegal, e que o conhecimento deveria se encontrar livremente acessível, já que se trata de um bem público, conforme é relatado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (COUTO; FERREIRA, 2019; WUYTS, 2017).

Em 2017, foi a vez da American Chemical Society (ACS) processar o Sci-Hub por violação dos direitos autorais, além de falsificação e violação de marca registrada, sendo condenado a pagar 4,8 milhões de dólares a ACS pelos danos. O juiz ainda ordenou que os motores de busca, sites de hospedagem de domínios, provedores de serviços de Internet deveriam bloquear os domínios e interromper qualquer vínculo que possuísse com o site pirata (CHAWLA; MARTÍN, 2017).

Mais recentemente em 2020, as editoras Elsevier, Wiley e ACS entraram com um novo processo de violação de direitos autorais contra o Sci-Hub e LibGen no Superior Tribunal de Delhi e pediram ao Departamento de Telecomunicações e ao Ministério de Eletrônicos e Tecnologia da Informação da Índia que bloqueasse o acesso a esses sites no país (BANKA, 2021; INFOJUSTICE, 2021). Esse processo causou um enorme comoção entre os pesquisadores e acadêmicos indianos, dado que o bloqueio dos dois sites privaria os cientistas de desenvolverem suas pesquisas (INFOJUSTICE, 2021). Diante disso, a Society for

Knowledge Commons e um grupo de vinte cientistas e acadêmicos solicitaram uma audiência para tentar impedir a aprovação do bloqueio dos sites piratas, defendendo que ambos são fundamentais e que são as únicas formas de acessar recursos educacionais e de pesquisa para a maioria da comunidade acadêmica e estudantil da Índia, tal posição foi também apoiada pelas instituições do país, que buscam tornar as pesquisas financiadas com recursos públicos livremente disponíveis, uma vez que há problemas de acessibilidade e disponibilidade de pesquisas atualmente no país (BANKA, 2021; INFOJUSTICE, 2021). O processo ainda corre em aberto, mas seja qual for seu resultado, ele trará consequências impactantes para o futuro da pesquisa na Índia.

Para Bodó (2016), os esforços de Elbakyan foram fundamentais para estimular e abrir espaço para diversas discussões sobre o posicionamento das bibliotecas de pesquisa, sobre as responsabilidades individuais dos pesquisadores, sobre editoras comerciais, sobre os limites da intervenção governamental, sobre o papel dos direitos autorais na ciência, sobre a disseminação desigual de conhecimento, entre outros, fazendo diferentes partes exporem sua opinião sobre essas questões e como resolvê-las. Bodó (2015, p. 3) finaliza dizendo que

[...] enquanto não for completamente possível erradicar as tecnologias de compartilhamento de arquivos, e enquanto houver uma diferença substancial entre o que está legalmente disponível e o que está em demanda, os mercados culturais ilegais estarão aqui para competir e superar os intermediários culturais estabelecidos e reconhecidos. Sob essa constante ameaça existencial, os modelos de negócios e instituições são forçados a se adaptar, evoluir ou morrer (tradução nossa).⁹

A partir dessas diversas discussões, diferentes autores apresentaram suas perspectivas sobre o movimento de guerrilla open access. O quadro abaixo apresenta uma visão geral sobre tais perspectivas:

⁹ No original: “As long as it is not completely possible to eradicate file sharing technologies, and as long as there is a substantial difference between what is legally available and what is in demand, cultural black markets will be here to compete with and outcompete the established and recognized cultural intermediaries. Under this constant existential threat, business models and institutions are forced to adapt, evolve or die” (BODÓ, 2015, p. 3).

Quadro 2: Perspectiva dos autores sobre a GOA

AUTOR	PERSPECTIVA
BJÖRK (2017)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer réplicas digitais dos artigos publicados em periódicos de modo ilegal; • Abordagem radical; • Infringe a lei.
BODÓ (2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer acesso massivo e livre a obras acadêmicas que infringe os direitos autorais; • Usa a pirataria para lidar com falhas sistêmicas; • Abordagem radicalizada.
COUTO; FERREIRA (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • Promovem o compartilhamento ilegal de artigos científicos protegidos por direitos autorais; • Iniciativas ilegais; • Acesso que infringe os Direitos Autorais e que ocorre através de fluxos não-oficiais.
KARAGANIS (2018)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer acesso a arquivo acadêmico não autorizados; • Fontes não autorizadas; • Canais ilegais.
MONTI; UNZURRUNZAGA (2021)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer acesso ilegal à literatura científica; • Pirataria de artigos científicos; • Ato ilegal;
SUBER (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Vias ilegais; • Acesso aberto infringente; • Acesso aberto pirata;
WUYTS (2017)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer acesso ilegal a bancos de dados de periódicos acadêmicos; • Distribuição ilegal de textos; • Bibliotecas ilegais; • Bibliotecas piratas.

Fonte: Elaboração própria.

Por mais que o sistema de acesso aberto e Guerilla Open Access tenham sido desenvolvidos como alternativas para tornar as publicações científicas amplamente disponíveis para todos, as duas iniciativas fazem isso de formas diferentes. O acesso aberto busca alternativas para corrigir as falhas do sistema, se preocupando em fazer isso de modo legal, enquanto a GOA não se importa em burlar tal sistema e violar leis ou licenças para isso. Ainda que a Guerilla Open Access não seja considerada legalmente correta e nem aceita entre

alguns defensores do acesso aberto, por outro lado, esse modelo de distribuição de conhecimento científico passou a ser visto como uma estratégia de acesso aberto por outros, especialmente, pelas dificuldades para a operacionalização dos objetivos do acesso aberto e as divergências entre editoras, pesquisadores e instituições financiadoras. Porém, essa mais nova iniciativa de acesso aberto tem sido objeto de muitas controvérsias. Desse modo, esta pesquisa busca identificar quais são as características das iniciativas apontadas como Guerilla Open Access e suas contribuições para o objetivo global de disponibilização de literatura científica na Internet.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo descrever e detalhar, através de métodos e procedimentos científicos, cada etapa da pesquisa para que possamos cumprir com os objetivos preestabelecidos. Para isso, utilizaremos os conceitos e processos usados por Creswell em seu livro para a caracterizar, classificar e elaborar este projeto. Logo após, explicaremos os procedimentos metodológicos empregados durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

3.1 Caracterização da pesquisa

Para Creswell (2010), os projetos de pesquisa são os planejamentos e procedimentos para a elaboração de uma pesquisa, os quais envolvem as concepções filosóficas trazidas pelo pesquisador para o estudo, os procedimentos de investigação e os métodos de pesquisa específica, que engloba o processo de coleta, análise e interpretação dos dados. Um dos maiores desafios desse processo está em determinar qual é a abordagem mais apropriada para se estudar um assunto, por isso, a seleção de um projeto de pesquisa deve levar em consideração a natureza do problema ou a questão que está sendo estudada, como também as experiências pessoais dos pesquisadores e o público ao qual a pesquisa é direcionada. Dessa forma, o projeto de pesquisa, as estratégias de investigação específicas e os métodos de pesquisa são três elementos fundamentais para se produzir uma pesquisa.

De acordo com o Creswell (2010, p. 26), uma pesquisa qualitativa se caracteriza como uma abordagem que busca “explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. Com base nessa afirmação, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, buscando qualificar os dados coletados durante a análise do problema abordado.

Ao planejarmos um estudo, devemos levar em consideração o tipo de concepção filosófica que atribuiremos ao estudo, pois é ela quem orientará e a explicará a natureza da pesquisa defendida. A concepção filosófica atribuída nesse estudo é o construtivismo social. De acordo com Creswell (2010), esse tipo de concepção defende que os seres humanos buscam compreender o mundo ao qual estão inseridos. Logo, os indivíduos passam a atribuir significados e sentidos as coisas com base em suas experiências, interação com outras

peças, perspectivas históricas, sociais e culturais que estão presentes em sua vida (CRESWELL, 2010). Sendo assim, o papel do pesquisador nesse modelo de estudo é buscar sentido nos significados atribuídos às coisas ou interpretar tais significados com base nos dados coletados para produzir uma teoria ou padrão de significados.

Depois de selecionar qual o tipo de estudo se pretende dirigir, é necessário escolher qual a melhor estratégia de investigação para direcionar os procedimentos desse estudo. A estratégia de investigação aplicada neste trabalho foi a pesquisa documental.

Os métodos de pesquisa específicos são a última etapa para finalização de um projeto de pesquisa. Nessa fase, são apresentados os métodos de coleta, análise e interpretação dos dados que foram reunidos e encontrados durante o estudo.

Conforme Vergara (2009, p. 42), a pesquisa descritiva é aquela que “expõe características de determinada população ou de um determinado fenômeno”, tendo isso como fundamento, podemos inferir que a presente pesquisa tem um caráter descritivo, pois visa descrever e expor as características do acesso aberto e sua correlação com as iniciativas da Guerilla Open Access. Para cumprir tal propósito, adotamos o método de investigação documental com base nas declarações de acesso aberto. Por fim, tendo em vista os objetivos de discussão dos elementos essenciais e as características de uma iniciativa de acesso aberto, os resultados do estudo foram organizados a partir de duas grandes categorias delimitadas pela natureza das iniciativas de acesso aberto e pelas iniciativas da Guerilla Open Access identificadas.

3.2 Procedimentos metodológicos

Para melhor análise dos dados da pesquisa, o estudo foi organizado e sistematizado a partir de duas categorias de investigação. A primeira é referente à perspectiva das declarações sobre o acesso aberto, realizada através da pesquisa documental, a qual trouxe validação conceitual para o trabalho. Essa abordagem privilegiou as dimensões referentes aos conceitos do acesso aberto, das políticas abertas e licenças livres. A segunda está ligada com a análise descritiva da Guerilla Open Access realizada através da pesquisa bibliográfica e análise de documentos, desenvolvida a partir do mapeamento, descrição e caracterização das iniciativas identificadas. Nesta análise, buscamos focar nas características de cada sistema

individualmente, para que possamos informar se eles se enquadram nos elementos estabelecidos pelas declarações de acesso aberto.

Primeiramente, buscamos identificar os conceitos e as características de uma iniciativa de acesso aberto a partir das declarações de acesso aberto, dado que esse processo é fundamental não só para cumprir com os objetivos propostos, bem como para compreendermos os conceitos estabelecidos nesses documentos. A estruturação das declarações possibilitou identificar os elementos que constituem uma iniciativa de acesso aberto e as especificidades para que uma iniciativa seja considerada de acesso aberto. Partindo desse pressuposto, realizamos o mapeamento e a caracterização das principais iniciativas da Guerilla Open Access. Nessa etapa da pesquisa, as fontes de dados usadas foram os documentos listados no Open Access Directory, com o objetivo de encontrar as declarações que melhor apresentem as características do acesso aberto. O Open Access Directory é um compilado de listas sobre o acesso aberto, essa página é um meio para acessar, usar e localizar todo e qualquer conteúdo que esteja relacionado com o acesso aberto, como: blogs, eventos e instituições que apoiam o acesso aberto, bem como declarações, repositórios de acesso aberto, linha temporal, bibliografias, entre outros.

Posteriormente, descreveremos e classificaremos as iniciativas identificadas como Guerilla Open Access para determinar se elas são ou não uma forma de acesso aberto. Para isso, reunimos diversas iniciativas que se declaram e/ou apresentam semelhanças com as iniciativas de acesso aberto e aplicamos os elementos estabelecidos anteriormente para deliberarmos quais dessas iniciativas podem ser consideradas como sendo de acesso aberto. As fontes de informações para a coleta dos dados usadas nesta etapa foram: Google Scholar, durante o período de março a setembro de 2021, com objetivo de coletar documentos e literaturas científicas existentes que tratassem sobre a Guerilla Open Access, utilizamos também os próprios sistemas em si e os sites de notícias sobre as iniciativas encontradas para coletar informações. O Google Scholar é um mecanismo de pesquisa que reúne um longo e extenso acervo de publicações científicas de várias temáticas que se encontram em diversos formatos. Os critérios de seleção dos materiais encontrados foram definidos com base na análise dos completa dos textos, levando em consideração os objetivos específicos da pesquisa, bem como os autores que contribuíram para a discussão, como: Bo-Christer Björk,

Balázs Bodó, entre outros. Os termos empregados durante as buscas foram: “guerrilha do livre acesso”, “acesso aberto negro”, “acesso aberto paralelo”, “bibliotecas das sombras” e “pirataria de periódicos” na língua portuguesa e inglesa. A busca foi praticada no período de outubro a dezembro de 2020.

A fim de melhor caracterizar os sistemas identificados, essas iniciativas serão analisadas e detalhadas de acordo com as seguintes variáveis: 1. Origem; 2. Ano de criação; 3. Vínculos com grupos e/ou organizações; 4. Vínculos com iniciativas open source; 5. Tipos de documentos; 6. Volume documental; 7. Uso de licenças; 8. Oferta serviços de informação ou suporte aos usuários; 9. Demanda ou sugere que o usuário faça registro no site; 10. Faz propagandas ou promoção de conteúdo; 11. Vínculo com conta em redes sociais; 12. Disponibilização de informações para contato; 13. Apresenta documentos/declarações vinculadas. Portanto, os resultados encontrados serão descritos e analisados considerando as informações coletadas de cada uma dessas treze variáveis.

Os procedimentos metodológicos foram sistematizados no quadro 2:

Quadro 3: Procedimentos Metodológicos

Objetivos específicos	Fonte	Técnica de coleta	Método de análise
Identificar elementos que definem o acesso aberto	Declarações de acesso abertos utilizadas no quadro 1	Pesquisa documental	Análise descritiva
Mapear as principais iniciativas da Guerilla Open Access	Literatura científica, documentos sobre os sistemas, notícias	Pesquisa documental	Análise descritiva
Descrever e caracterizar as iniciativas identificadas como sendo de acesso aberto ou não, a partir das definições de acesso aberto	Literatura científica, documentos sobre os sistemas, notícias	Pesquisa documental	Análise descritiva

Fonte: elaboração própria.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, identificaremos o que é entendido como acesso aberto. A partir da perspectiva das Declarações de Acesso Aberto, determinaremos as características de uma iniciativa de acesso aberto. Partindo desse pressuposto, usaremos os elementos conceituais atribuídos às iniciativas de acesso aberto para classificar as iniciativas identificadas com Guerilla Open Access pela pesquisa, constatando se tais iniciativas enquadram-se ou não dentro dos objetivos do acesso aberto.

4.1 Característica de uma iniciativa de acesso aberto

Para definir e conceituar apropriadamente o que é uma iniciativa de acesso aberto, utilizamos como fonte de informação as declarações já discutidas na revisão de literatura, as quais foram encontradas no Open Access Directory, dentro da seção ‘Declarations in support of OA’. Com base nessa lista de declarações e princípios, resultamos no conjunto de documentos informados no quadro 3:

Quadro 4: Declarações de acesso aberto

Declarações de acesso aberto	Ano
Budapest Open Access Initiative	2002
The Bethesda Statement on Open Access Publishing	2003
The Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities	2003
Cape Town Open Education Declaration	2007
The Washington Declaration on Intellectual Property and the Public Interest	2011
The Paris OER (Open Educational Resources) Declaration	2012
Declaration of Mexico in Favor of the Latin American Non-Commercial Open Access Ecosystem	2017

Fonte: Elaboração própria.

A partir do conteúdo e das diferentes perspectivas das seguintes declarações, conceituamos o acesso aberto e, conseqüentemente, identificamos as principais características e elementos que definem uma iniciativa de acesso aberto. Visando uma melhor compreensão, foi feita uma breve descrição e sistematização dos principais conceitos e elementos identificados em cada documento. Conforme mostrado no quadro 4.

Quadro 5: Declarações de acesso aberto conceito

Declaração de Budapeste (2002)
Disponibilização gratuita via Internet, permite que qualquer usuário leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou crie links para os textos completos desses artigos, coletá-los para indexação, passá-los como dados para o software ou usá-los para qualquer outro fim legal, sem barreiras financeiras, legais, ou técnicas. Sendo a única função dos direitos autorais neste domínio é preservar a integridade trabalho original e dar os devidos créditos ao(s) autor(es).
Declaração da Cidade do Cabo (2007)
Disponibilização de recursos educacionais de forma aberta e livre na internet, permitindo que todos tenham livre licença para usar, acessar, contribuir, criar, personalizar, adaptar, melhorar, revisar, traduzir, compartilhar e redistribuir os recursos sem quaisquer restrições. Para isso, os recursos educacionais devem: ser publicados em modelos que sejam ajustáveis a diversos tipos de plataformas tecnológicas; estar disponíveis em formatos que sejam acessíveis àqueles que possuem deficiências e; ser depositados em repositórios de acesso aberto.
Declaração de Washington (2011)
Disponibilização de pesquisas gratuitas para todos fazerem uso sem restrições, isto é, os usuários têm o direito de buscar, receber e transmitir informações em ambientes digitais. Para isso, as informações devem estar disponíveis através de licenças ou termos de uso que possibilitem ampliar o uso público, ou através de modelos alternativos de publicações e distribuição para que impedir a apropriação indevida da obra por terceiros.
Declaração OER (2012)
Disponibilização de materiais de ensino, aprendizagem e pesquisa em qualquer meio digital ou outro, que encontram-se sob domínio público ou que foram publicados sob uma licença aberta que permita que qualquer um acesse, use, adapte e redistribua gratuitamente sem nenhuma ou quase nenhuma restrição.
Declaração do México (2017)
Disponibilização livre e gratuita, permitindo que todos tenham a licença para usar, copiar, compartilhar, baixar e transformar, assim como criar e distribuir trabalhos derivados em qualquer meio ou formato, desde de que use especificamente a licença CC BY-NC-SA como no trabalho original, credite corretamente o(s) autor(es) e não comercialize a obra.

Fonte: Adaptado de Budapest Open Access Initiative(2002); Cape Town Open Education Declaration (2007); The Washington Declaration on Intellectual Property and the Public Interest (2011); The Paris OER (Open Educational Resources) Declaration (2012); Declaration of Mexico in Favor of the Latin American Non-Commercial Open Access Ecosystem (2017).

Assim, o acesso aberto consiste na remoção de barreiras de preço e de permissões para disponibilização de pesquisas através da internet e por meio de acordos de licença livres.

Embora a Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim não apresentem em seus documentos o conceito de acesso aberto, elas são essenciais para que possamos determinar os elementos que uma publicação deve cumprir para que possamos classificá-la como sendo de acesso aberto. Como informado no quadro 5.

Quadro 6: Características de uma publicação de acesso aberto

Declaração de Bethesda (2003) e Declaração de Berlim (2003)
1. Concede aos usuários o direito irrevogável, gratuito e perpétuo de acesso e licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir publicamente o trabalho, bem como para criar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer fim responsável, sujeito à devida atribuição de autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal.
2. Uma versão completa do trabalho, incluindo uma cópia da licença, em formato eletrônico é depositada e publicada num repositório aberto e online que seja apoiado e mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra organização que promova o acesso aberto, distribuição irrestrita, a interoperabilidade e arquivamento a longo prazo.

Fonte: Bethesda Statement On Open Access Publishing (2003, tradução nossa); Berlin Declaration on Open Access To Knowledge In The Science And Humanities (2003, tradução nossa).

Portanto, uma publicação de acesso aberto é aquela que concede liberdade ao usuário para utilizar o trabalho livremente, devendo respeitar a integridade do trabalho e creditar devidamente seus autores. Além disso, esse tipo de publicação deve ser ou estar depositada em um repositório aberto para que possa ser reutilizada por outras pessoas. Levando em consideração os conceitos expressos pelas declarações, as abordagens feitas na revisão de literatura e as condições que uma iniciativa deve cumprir para ser considerada de acesso aberto, esse estudo foi estruturado conforme os seguintes aspectos:

1. Pressuposto do conhecimento científico como um bem público de acesso a todas as pessoas interessadas;
2. Articulação com outros atores da comunicação científica (agências de fomento, instituições de ensino e pesquisa e editoras acadêmicas);
3. Orientação para as licenças livres de distribuição e uso das publicações.

O desenvolvimento de tecnologias unido a movimentos que prezam pelo compartilhamento de informações de forma aberta foi vital para eliminar barreiras de preços e de permissão que antes bloqueavam o acesso, limitavam o uso e a difusão do conhecimento. A partir do momento que as iniciativas de acesso aberto, código aberto, dados abertos, entre outras, começaram a fornecer livre acesso às informações e mecanismos que possibilitaram compartilhamento do conhecimento de modo amplo para todos, constatamos a necessidade de tratar o conhecimento como um bem público, uma vez que ofereceria benefícios para toda sociedade global e, conseqüentemente, reduzindo a desigualdade informacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A Declaração de Direitos Humanos (1948) busca garantir e defender os direitos fundamentais da sociedade global. Por isso, no primeiro item do artigo 27, é definido que todos têm o direito de livre acesso à cultura, de desfrutar das artes e de participar do processo científico, logo, de se beneficiar dos resultados obtidos nessas pesquisas. Definição essa que está em conformidade com os objetivos do acesso aberto e suas declarações, no qual o conhecimento é considerado um bem público e universal, portanto, deve estar disponível para usufruto de todos, sem exceção. Assim, esse compartilhamento de informação de forma mundial sugerido pela Declaração de Direitos Humanos e pelas iniciativas de acesso aberto colaboram para formar uma rede integralizada de conhecimento que cria oportunidades de transferência e concepção de novos conhecimentos.

Na fundamentação teórica, foi argumentado que o acesso e uso de informações, especialmente o conhecimento que é produzido cientificamente, causam grande impacto no desenvolvimento humano, seja ele coletivo ou individual. Por isso,

desfazer as barreiras que impedem o acesso a esta literatura irá acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral, tirando dela seu máximo proveito e assentando as bases para a união da humanidade em uma ampla e inédita conversação intelectual comum em sua marcha pelo conhecimento (BOAL, 2002).

Assim, a disseminação de conhecimento propiciado por iniciativas de acesso aberto é uma forma possível de combater o problema de desigualdade de acesso informacional existente no mundo todo, além de promover a inovação e evolução aos países menos desenvolvidos.

Pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento e editoras acadêmicas apresentam, em comum interesse, o intuito de ampliar o processo de democratização do conhecimento, para isso, é crucial que esse sistema de produção e comunicação científica se comprometa a trabalhar em conjunto para que os resultados de pesquisas produzidos encontrem-se livremente disponíveis para acesso e uso da população de forma aberta.

As agências de fomento e as instituições de ensino e pesquisa têm o importante papel de incentivar, promover e apoiar seus pesquisadores a publicarem suas pesquisas conforme os elementos propostos pelo movimento de acesso aberto, priorizando, assim, o livre acesso para todos. Para cumprirem com os objetivos do acesso aberto, é fundamental que essas entidades

invistam em iniciativas que favoreçam o livre acesso ao conhecimento, como o desenvolvimento de repositórios institucionais, e incentive os autores a publicarem suas pesquisas em periódicos abertos, assim como devem implementar políticas de depósito obrigatório ou depósito mediado em repositórios de acesso aberto, e prestar assistência e apoio aos autores-pesquisadores na resolução de questões sobre a negociação das permissões de direitos autorais com as editoras de periódicos.

O sucesso do acesso aberto depende que as ações anteriormente citadas sejam colocadas em prática. Por isso, a criação de repositórios pelas instituições de ensino e pesquisa associado com o depósito mediado ou depósito obrigatório – principalmente para aqueles autores-pesquisadores que tiveram sua pesquisa financiada com recursos públicos e/ou apresentam vínculo com alguma instituição – faz-se necessária para que a produção científica se encontre comumente disponível para que qualquer pessoa interessada possa utilizar. O depósito em repositórios institucionais garante que todo conteúdo produzido por uma instituição ficará disponível gratuitamente para que todos possam acessá-lo, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e científico de um país. O depósito é mais eficiente no quesito de ser mais sustentável para as bibliotecas e instituições a longo prazo, já que os custos para manter esse tipo de iniciativa é mais barato do que manter um sistema tradicional de assinatura combinando as taxas de processamento de artigos cobradas por alguns periódicos. Por outro lado, os periódicos de acesso aberto têm sido igualmente fundamentais para promover a transição do modelo fechado para o modelo aberto, sendo esse mais um motivo para as instituições acadêmicas e de fomento incentivarem os seus pesquisadores a publicarem os seus trabalhos em algum tipo de modelo de acesso aberto.

O aumento da visibilidade, acessibilidade, uso e impacto dos artigos abertos depende que as editoras acadêmicas facilitem sua disponibilização. Para tal, os artigos que são editados e publicados por elas precisam estar sob uso de licenças abertas, as quais possibilitam que seus autores e usuários explorem e utilizem os textos de formas legais, assim como permite que os trabalhos sejam depositados em repositórios abertos. Portanto, é importante que as editoras busquem executar tais ações de modo rápido, para ampliar e agilizar o progresso do acesso aberto para benefício de todos.

O acesso aberto preza pelo conhecimento científico livremente acessível e disponível para reutilização e disseminação através da internet, por isso, o uso de licenças CC ou licenças equivalentes é indispensável. Ao fazer a opção pelo licenciamento de sua produção intelectual, o autor deve refletir quais são as ações e direitos que podem ou não serem realizados com sua obra através dos termos definidos pela licença escolhida. Assim, as licenças possibilitam que os pesquisadores explorem os direitos da sua produção intelectual para que outros possam reutilizá-la irrestritamente para fins legais.

A Declaração de Bethesda (2003) e Declaração de Berlim (2003) apontam que um dos requisitos para uma publicação ser considerada de acesso aberto é a concessão do autor ou dos detentores do direito aos usuários a uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir, exibir, criar e produzir trabalhos derivados. A licença que melhor se encaixa para cumprir com os princípios e objetivos do acesso aberto é a Licenças CC-BY, por ser uma licença menos restritiva e que permite fazer qualquer uso, distribuição, adaptação e criação de trabalhos derivados mesmo para fins comerciais, devendo apenas atribuir os créditos ao devido autor da obra. Essa licença facilita a disseminação e o uso das obras de acesso aberto, estando de acordo com as recomendações da Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA) e o programa SPARC Europe Seal of Approval para periódicos de acesso aberto (SUBER, 2012, p. 69) e com o texto de dez anos da declaração de Budapeste.

Comumente, os artigos são compartilhados e acessados por meio de e-mails, redes sociais, buscadores, serviços de nuvem, site não oficiais, etc. Suber (2012, p. 67) aponta que os usuários só conseguem perceber que uma publicação é de livre acesso quando o autor e/ou editor deixa isso explícito de alguma forma, em outras palavras: se o artigo não dispor de uma licença em seu texto, os usuários não saberão o que podem fazer ou não com a obra. Assim como os artigos, os periódicos precisam esclarecer todas as informações referentes à licença que foi empregada. Dessa forma, os pesquisadores saberão quais direitos precisam ceder na hora de publicar naquele periódico, se a editora exige um período de embargo, entre outras coisas. Por isso, a adoção de licenciamento em periódicos científicos e em artigos precisa ser empregada de forma correta, estando devidamente identificada tanto nos sites das editoras dos periódicos quanto dentro do arquivo do artigo que estão disponíveis em acesso aberto (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018, p. 12). Portanto, só é possível alcançar o acesso amplo

e irrestrito quando as licenças são corretamente aplicadas e os direitos de permissão de acesso e uso das obras são cedidos por seus autores ou editoras.

Considerando os elementos discutidos acima e as perspectivas teóricas apontadas na literatura, podemos destacar cinco características como elementos para identificar uma iniciativa de acesso aberto. A primeira delas, refere-se à disponibilização online de textos completos, livre de custos e livre da maioria das restrições de uso. O segundo elemento implica que a iniciativa tenha as devidas permissões dos detentores dos direitos para distribuir, compartilhar e disseminar os textos completos em formato digital. O terceiro elemento aponta para que as iniciativas respeitem a licença atribuída pelo autor. O quarto elemento consiste em propiciar condições para o depósito e o arquivamento das obras, gerenciando a produção intelectual para que ela seja disseminada de forma digital e completa. O quinto e último elemento destaca a necessidade de os documentos serem armazenados de forma acumulativa e permanente, para garantir seu uso a longo prazo, para ser recuperado por outras gerações. Com base nisso, as avaliações dos sistemas serão feitas a partir da descrição dos próprios sistemas, das pesquisas documentais colhidas nos sistemas e de literaturas acadêmicas que abordam tais sistemas. Assim, desenvolvemos o quadro avaliativo que será aplicado para analisar os sistemas selecionados nessa pesquisa:

Quadro 7: Aspectos do acesso aberto

Elementos do acesso aberto	Especificações
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	Isto implica que o sistema deve oferecer textos completos dos documentos descritos por meio da internet, de forma livre de custos e com o mínimo de restrições de uso possíveis.
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	O sistema precisa ter a autorização da editora ou do autor para distribuir, compartilhar e disseminar informações e produções científicas
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	O sistema deve estar em conformidade com as regras de concessão atribuídas por uma licença aberta ou equivalente de uma obra
Permite arquivamento ou depósito de obras	O sistema deve arquivar e gerenciar a produção intelectual para serem disseminados de forma digital e completa
Proporciona armazenamento a longo prazo para	O sistema deve armazenar os documentos de forma

preservação das obras	cumulativa e perpétua para assegurar seu acesso permanente e sua preservação
-----------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

Podemos inferir que as iniciativas de acesso aberto são aquelas que contribuem para uma literatura científica irrestrita e gratuita, na qual permite que seus usuários tenham liberdade para lerem, usarem, compartilharem, baixarem, copiarem e criarem trabalhos derivados, devendo, unicamente, conferir o direito do autor de ser reconhecido por sua obra. Além disso, essas iniciativas devem estar disponíveis através de licenças abertas ou equivalentes para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade.

O conceito aqui apresentado foi baseado nas discussões anteriores e propostas existentes sobre o acesso aberto, mas não significa que esse movimento não possa evoluir e construir novas perspectivas e conceitos. As características e elementos apontados no quadro 7 são consideradas essenciais para que uma iniciativa seja tida como de acesso aberto, logo, eles serão utilizados para analisar os sistemas selecionados nessa pesquisa. Os sistemas serão descritos e discutidos no próximo tópico, sendo utilizados, neste estudo, como meio de análise, para verificar em que medida se aproximam dos pressupostos das iniciativas de acesso aberto. Tais sistemas foram selecionados por serem os mais populares e citados na literatura utilizada por esse trabalho.

4.2 Identificação e caracterização das iniciativas da *Guerilla Open Access*

É evidente que o acesso à literatura científica é essencial para o trabalho dos pesquisadores, logo, para se fazer ciência, os pesquisadores dependem da distribuição e livre circulação de informação científica. Swab, Romme (2016) e Cabanac (2016) afirmam que muitos ainda estão fora dos privilégios fornecidos pelas assinaturas de periódicos científicos existentes. Em função disso, acadêmicos estão compartilhando material protegido por direitos autorais através de canais alternativos de distribuição (GARDNER; McLAUGHLIN; ASHER, 2017; SWAB, ROMME, 2016).

Conforme Swab, Romme (2016), Gardner, McLaughlin e Asher (2017), a prática de compartilhamento de materiais por meio de canais alternativos possibilitou que os pesquisadores e interessados requisitassem artigos acadêmicos, livros completos, capítulos de

livros e entre outros tipos de materiais em diversos sites, fóruns de discussão, plataformas de mídias sociais e etc., expandindo e disponibilizando literatura acadêmica para qualquer pessoa que esteja conectada à internet. Em suma, a Guerilla Open Access refere-se ao meio alternativo pelo qual as descobertas científicas podem ser compartilhadas e divulgadas, esse tipo de iniciativa engloba

inúmeros pequenos projetos de digitalização, comunidades de arquivamento, redes de compartilhamento e canais de distribuição [...], contribuindo para uma difusão constante de textos e conhecimento [que ultrapassam] fronteiras geográficas, educacionais e de renda. (BODÓ, 2018, tradução nossa).

Esses textos são solicitados e/ou compartilhados através da hashtag #ICanHazPDF no Twitter; da rede profissional ResearchGate, voltada para cientistas e pesquisadores; de sites piratas, como o Sci-Hub e a LibGen; do fórum Reddit Scholar (r/scholar) e; da extensão do navegador e do site do Open Access Button.

Library Genesis

De acordo com Bodó (2018), as bibliotecas russas piratas, também conhecidas como bibliotecas ocultas (shadow libraries), são um reflexo das complicações sociais, culturais e econômicas provocadas pela era soviética e pós-soviética. Couto, Ferreira (2019) e Bodó (2018) caracterizam as bibliotecas ocultas como aquelas que são construídas e mantidas a partir de uma comunidade colaborativa. A mais conhecida e ainda ativa é a LibGen.

LibGen é uma biblioteca oculta criada em 2008, na Rússia, como um projeto independente que funciona de forma colaborativa e que não possui nenhum vínculo com grupos ou organizações. Bodó (2018) afirma que seu intuito era coletar e reunir em um único banco de dados as diversas coleções de textos científicos e seus metadados, os quais encontravam-se espalhados pela internet. Portanto, a LibGen é um serviço de distribuição gratuita de literatura científica, educacional e ficcional, revistas, jornais e outros diversos materiais, a qual permite que seus usuários busquem, encontrem e baixem arquivos de seu catálogo, compartilhem e disponibilizem livremente os arquivos sem qualquer custo. Atualmente, esse acervo possui um volume documental de 84,978,726¹⁰ arquivos.

¹⁰ Fonte: <https://web.archive.org/web/20190810191312/http://booksdescr.org/stat.php>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Ainda que a LibGen não possua vínculos com iniciativas open source, um dos principais mecanismos dessa biblioteca é possuir um sistema de código aberto, que permite que sua infraestrutura seja facilmente copiada e reproduzida, uma vez que todos os dados da biblioteca – como o seu código-fonte, o banco de dados de catálogos, as coleções e os arquivos – estão disponíveis livremente para que qualquer um possa baixar e criar novos domínios, solução encontrada por seus gerenciadores como um meio de manter a biblioteca em funcionamento e fornecendo seus serviços, caso os processos jurídicos causem o seu encerramento (BODÓ, 2018; CABANAC, 2016).

O sistema de código aberto dividiu a estrutura da biblioteca em duas camadas. Os administradores da LibGen ficam responsáveis pelo gerenciamento da coleção e dos serviços de curadoria para entregar uma base de dados de alta qualidade e atualizada, além de fornecer acesso gratuito à coleção através da disponibilização do código aberto. Para isso, ignoram pedidos de remoção de conteúdos e atuam nas sombras (BODÓ, 2018). Enquanto isso, os sites que espelham a coleção da LibGen atuam de forma visível e ficam incumbidos de melhor servir os usuários, utilizando de divulgações de anúncios para pagar os custos de distribuição, além de se comprometerem em remover conteúdos infratores, para evitar problemas e atuarem como barreiras protetoras da estrutura da LibGen contra processos judiciais (BODÓ, 2018). Bodó (2018, p. 41, tradução nossa) finaliza dizendo que “os administradores da LibGen acreditam que [os] custos [de abrir mão do controle sobre sua coleção] são justificados pelo objetivo maior de fornecer acesso gratuito independente do destino da LibGen”¹¹. Portanto, os diferentes domínios são responsáveis por perpetuarem a existência da LibGen.

Toda a estrutura da biblioteca, desde de seu código-fonte até seus arquivos, é distribuída como sendo ‘domínio público’, do ponto de vista da proposta da LibGen, mesmo que as obras não estejam sob essa condição jurídica. Logo, podemos deduzir que a grande maioria dos materiais coletados e distribuídos pela LibGen são obras que se encontram protegidas por direitos autorais ou por licenças, já que não encontramos nenhuma informação a respeito do uso de licenças ou sobre direitos autorais no site. Conforme Bodó (2018), as abordagens de acesso da LibGen consistem em:

¹¹ No original: “But the LibGen admins believe that these costs are justified by the larger goal of making free access independent of the fate of LibGen” (BODÓ, 2018, p. 41).

- coletar literatura acadêmica em formato digital;
- construir uma comunidade de compartilhamento de conhecimento;
- compartilhar arquivos livremente, disponibilizando conhecimento de forma generosa sem cobrar por isso.

A LibGen permite que seus usuários naveguem por sua plataforma e visualizem os materiais disponíveis sem a necessidade de se registarem. Além disso, admite que tais usuários adicionem novos materiais ao site. Esse upload por ser feito por qualquer um e de forma anônima através de usuário e senha, que são fornecidos pelo próprio site. Ademais, também é possível enviar o arquivo desejado para algum serviço de compartilhamento de arquivo para que esse seja processado por membros, no entanto, o usuário que optar por esse processo precisa compartilhar o link de download no fórum de serviço de informação, contato e suporte da LibGen¹², para que, então, o conteúdo seja armazenado e disponibilizado posteriormente.

Portanto, podemos inferir que as metas e prioridades da LibGen consistem no recolhimento, sistematização e distribuição de literatura científica, técnica e educacional de forma gratuita e aberta, desconsiderando licenças e adequações legais.

Figura 1: Library Genesis

The screenshot shows the Library Genesis website interface. At the top, there is a navigation bar with tabs: RU, FORUM, DOWNLOAD, UPLOAD, LAST, OTHERS, and TOPICS. Below this is the title "Library Genesis" in red. A message states: "Current alias domains are libgen.rs, libgen.is, libgen.st. Update your bookmarks!". Below this are links for "A guide to effective catalog searching" and "Try Libgen Desktop application! Now with IPFS downloads!". A search bar contains the text "Letter of Solidarity" and a "Search!" button. Below the search bar are radio buttons for "Non-fiction / Sci-tech" (selected), "Fiction", "Scientific articles", and "Magazines". Underneath is the "LibGen Search options:" section with a "Download type" dropdown set to "Resumed dl with original filename", "View results" set to "Simple", "Results per page" set to "25", "Search with mask (word*)" set to "No", and "Search in fields" set to "The column set default". Other search field options include Title, Author(s), Series, Publisher, Year, ISBN, Language, MD5, Tags, and Extension.

Fonte: Library Genesis.

¹² Fonte: <https://forum.mhut.org/viewtopic.php?t=6570>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Sci-Hub

O Sci-Hub foi criado pela estudante Alexandra Elbakyan, em 2011, no Cazaquistão, a mesma passou a ser reconhecida pela mídia como ‘Robin Hood da ciência’, devido aos diversos confrontos com os conglomerados editoriais em defesa de “fornecer acesso público e em massa a dezenas de milhões de artigos de pesquisa” (COUTO; FERREIRA, 2019). Desde sua criação, o Sci-Hub é mantido por doações de usuários através de bitcoins, por isso não há propagandas em sua plataforma, também não houve nenhum financiamento governamental ou patrocínios de grupos ou organizações.

Elbakyan criou site para ser uma ferramenta que facilitasse a troca de informação e combatesse as desigualdades informacionais existentes, como é relatado na própria homepage do site, a qual explica que

a distribuição mais ampla possível de artigos de pesquisa, bem como outras fontes científicas e educacionais, é restringida pelas leis de direitos autorais. [Por isso], o Sci-Hub fornece acesso à centenas de milhares de artigos de pesquisa todos os dias, contornando efetivamente qualquer acesso pago e restrições (Sci-Hub, [201-?], tradução nossa).¹³

Com base nisso, o Sci-Hub trata-se de um serviço de distribuição gratuita de literatura científica de periódicos, livros e trabalhos apresentados em congressos de forma ampla e massiva, permitindo que seus usuários busquem, acessem, baixem, compartilhem livremente esses conteúdos sem custos. O banco de dados do Sci-Hub possui um total de 88,343,822¹⁴ arquivos disponíveis atualmente.

O Sci-Hub fundamenta suas ideias em três objetivos específicos: conhecimento para todos, contestando as barreiras dos direitos autorais e acesso aberto. Primeiramente, o site se compromete em combater “a desigualdade no acesso ao conhecimento em todo o mundo” justificando que “o conhecimento científico deve estar disponível para todas as pessoas, independentemente de sua renda, condição social, localização geográfica e etc”. Monti e Unzurrunzaga (2020) apontam que Elbakyan enxerga os direitos autorais como um tipo de barreira para o acesso e distribuição de informação na web. Opinião essa representada muito

13 No original: “At this time the widest possible distribution of research papers, as well as of other scientific or educational sources, is artificially restricted by copyright laws. Such laws effectively slow down the development of science in human society. [...] Sci-Hub provides access to hundreds of thousands research papers every day, effectively bypassing any paywalls and restrictions.” (SCI-HUB, [201-?])

14 Fonte: <https://www.sci-hub.se/about>. Acesso em: 5. abr. 2022.

bem pelo segundo objetivo apresentado pelo Sci-Hub em sua página, no qual consiste no apoio ao “cancelamento da propriedade intelectual, ou leis de direitos autorais para recursos científicos e educacionais”, o site alega que tais leis “promovem o aumento da desigualdade, tanto informacional quanto econômica”. Por último, o Sci-Hub se diz um apoiador do movimento de acesso aberto, defendendo que “a pesquisa deve ser publicada em acesso aberto, ou seja, livre para leitura”. Portanto, o Sci-Hub se propõe a remover quaisquer barreiras que dificultem e limitem a ampla distribuição de conhecimento e desenvolvimento científico e que promovam a desigualdade informacional.

O Sci-Hub se propõem a ser um serviço receptivo e de fácil uso para o usuário, tanto que dúvidas a respeito do uso e sugestões para implementações do Sci-Hub podem ser encaminhados ao e-mail e Twitter¹⁵ da própria criadora do site. Além disso, não há mecanismos de cadastro, isto é, os usuários não precisam se registrar para acessarem e utilizarem o site. Por isso, basta ter o título do documento, seu URL (link das páginas de editoras pagas), Identificador PubMed (PMID), Identificador de Objeto Digital (DOI) ou pesquisa de texto para buscar e baixar o conteúdo desejado.

De acordo com Machado (2016), assim que o usuário faz a solicitação de um artigo, o site dá início a uma série de buscas, primeiramente, é pesquisado na base de dados da LibGen para verificar se uma cópia existente do material está disponível para oferecer ao usuário. Caso uma versão do material não esteja disponível na LibGen, o Sci-Hub se utiliza de credencias institucionais de acesso vazadas ou cedidas por pesquisadores e cientistas para se ter acesso as bases de dados de periódicos acadêmicos pagos e conseguir disponibilizar a obra solicitada ao usuário (COUTO; FERREIRA 2019; MACHADO, 2016). Após conseguir adentrar os sistemas das editoras e conseguir o material, o Sci-Hub disponibiliza uma cópia ao usuário solicitante e envia outra para o repositório da LibGen, no qual fica armazenado e disponível para a próxima solicitação (MACHADO, 2016).

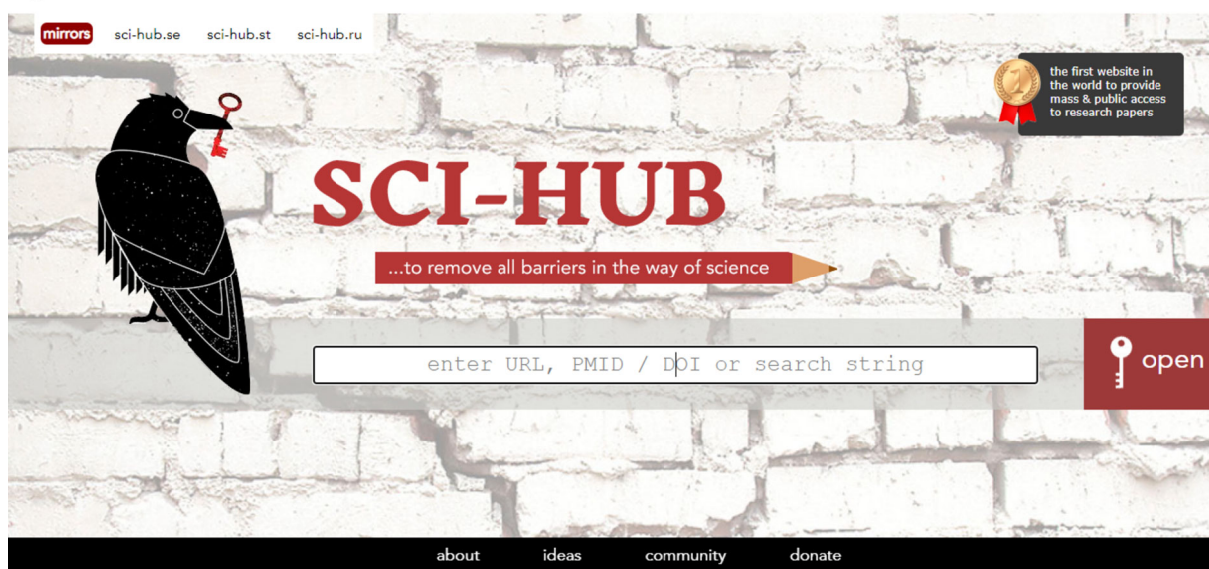
Assim como a LibGen, o Sci-Hub passou e ainda passa por diversas ações judiciais movidas por editoras acadêmicas que alegam violação de direitos autorais e acusam o site de pirataria, resultando em encerramento de vários domínios e seu bloqueio em alguns países. Essa ocorrência constante de processos e ações judiciais torna incerto o futuro dessa

¹⁵ E-mail: alexandra@dns.cymru; Twitter: @ringo_ring.

plataforma. Portanto, não há garantias de preservação e armazenamento a longo prazo dos conteúdos disponibilizados pelo Sci-Hub, uma vez que o site pode ser encerrado para sempre.

Desse modo, podemos considerar que o objetivo do Sci-Hub é ajudar os pesquisadores e cientistas que não possuem acesso as bases de dados institucionais de periódicos e que não podem ou não desejam pagar pelas taxas de acesso cobradas pelas editoras a terem acesso a qualquer artigo desejado. A problemática aqui identificada é que a iniciativa é apontada recorrentemente como inadequada aos limites dos direitos autorais e das regras de concessão das licenças de uso.

Figura 2: Sci-Hub



Fonte: Sci-Hub.

ResearchGate

O ResearchGate é uma rede de colaboração acadêmica, criada em 2008, na Alemanha, pelos médicos Ijad Madisch e Sören Hofmayer e pelo cientista da computação Horst Fickenscher. De acordo com o próprio site, o ResearchGate foi desenvolvido para facilitar a colaboração, compartilhamento, comunicação e integração entre cientistas e pesquisadores. Para manter o site em funcionamento fornecendo literatura gratuita, os administradores do ResearchGate se utilizam de anúncios, os quais aparecem em sua página de banco de dados de

perguntas e respostas, listas de recrutamento de empregos e comunicados de conferências e etc. Portanto, trata-se de um serviço de hospedagem, armazenamento e compartilhamento de textos científicos completos, ou seja, oferece acesso gratuito a artigos científicos, documentos de conferência, seminários e workshop, teses, dados, livros e capítulo de livros científicos, permitindo que seus usuários façam upload e publiquem seus próprios trabalhos, encontrem e baixem trabalhos de colegas, compartilhem seus trabalhos e de colegas sem qualquer restrição de acesso e uso. O banco de dados do ResearchGate possui 135 milhões de páginas de publicações.

Para cumprir com o propósito de remover as barreiras e fornecer acesso sem restrições, o ResearchGate estabeleceu parceria com a editora Springer Nature¹⁶ e com Wiley¹⁷, como é explicado em sua página 'research & publications'. A colaboração entre Springer Nature e o ResearchGate tem como intuito testar modelos inovadores de acesso para conteúdo científico, ou seja, unifica as publicações da editora com os recursos de disseminação do site para dar visibilidade para as pesquisas e torná-las detectáveis, ampliando o acesso aos conteúdos científicos para autores, assinantes e não assinantes. Ao passo que a parceria da Wiley e a ResearchGate é um projeto recente para disponibilizar os artigos da editora no site, essa associação visa “promover a comunicação, colaboração da pesquisa, facilitar a descoberta e o acesso a conteúdo acadêmico de alta qualidade para pesquisadores” (RESEARCHGATE, [202-?]). Assim, tanto os artigos disponibilizados pela Wiley quanto pela Springer estão protegidos por direitos autorais e quaisquer licenças ou políticas aplicáveis. Portanto, ainda é necessário que os usuários consultem as diretrizes e políticas de compartilhamento de artigos de ambas editoras.

De acordo com O'Brien (2019), uma das principais características do ResearchGate é o fornecimento de perfis individuais para cada pesquisador poder promover suas pesquisas acadêmicas por meio de cadastro no site. Ainda, conforme o autor, os perfis incluem citações de trabalhos publicados, informações para contato, informações sobre carreira profissional, quais são as áreas interesse de pesquisa, links para citações de interesse potencial e métricas

16 Fonte: <https://explore.researchgate.net/display/support/ResearchGate+and+Springer+Nature+partnership>. Acesso em: 4 abr. 2022.

17 Fonte: <https://explore.researchgate.net/display/support/ResearchGate+and+Wiley+partnership#:~:text=Wiley%20and%20ResearchGate%20are%20partnering,quality%20scholarly%20content%20for%20researchers>. Acesso em: 4 abr. 2022.

de impacto selecionadas, além disso, podem ser incluídas informações sobre citações de trabalhos que não foram descobertos pelo ResearchGate e artigos completos que podem ser compartilhados com outros usuários. Ademais, o site possibilita que os usuários sigam outros pesquisadores e seus trabalhos, encontre colegas acadêmicos e de pesquisa, compartilhar detalhes de projetos em desenvolvimento, assim como abre espaço para que os usuários enviem, respondam e busquem perguntas que podem estar relacionadas com sua pesquisa ou tópico de interesse (O'BRIEN, 2019).

O ResearchGate ganhou grande visibilidade e popularidade devido ao imenso volume de artigos completos compartilhados nos perfis dos pesquisadores. O'Brien (2019) afirma que esses textos são facilmente recuperados através sites de busca na internet, o que faz do ResearchGate um local bastante popular para compartilhamento de trabalhos acadêmicos, os quais são adicionados à plataforma pelos próprios autores. Jamali (2017) aponta que o problema disso é que o site não tem como verificar se os arquivos que são depositados em sua plataforma estão em conformidade com os direitos autorais, já que alguns autores não cumprem com os acordos firmados com as editoras por desconhecimento ou por não se importarem, e fazem upload das versões publicadas ou pós-impressões de seus trabalhos sem a autorização no ResearchGate. Portanto, os artigos publicados no ResearchGate são, na sua maioria, versões protegidas por direitos autorais e que não deviam estar livremente disponíveis, não porque o autor não possui a devida permissão para disponibilizar seu trabalho, mas porque a versão disponibilizada é a versão das editoras (JAMALI, 2017). O site deixa a responsabilidade de verificar as permissões e políticas de direitos autorais das editoras quanto ao arquivamento e compartilhamento dos conteúdos aos próprios usuários, solução encontrada para se livrar de qualquer acusação de violação de direitos autorais (PENN, 2018). Ainda que o ResearchGate se comprometa em remover conteúdos que violem os direitos autorais ou licenças quando pedidos por seus proprietários, as editoras explicam que

o compartilhamento responsável só se aplica a materiais que foram disponibilizados por meio de uma licença Creative Commons e que até mesmo um artigo de acesso aberto com uma licença CC-BY-NC-ND (Atribuição-NãoComercial-SemDerivados) não seria aceitável para upload para plataformas de rede deste tipo devido à sua natureza comercial (Science Direct, 2017 *apud* Penn, 2018, tradução nossa).

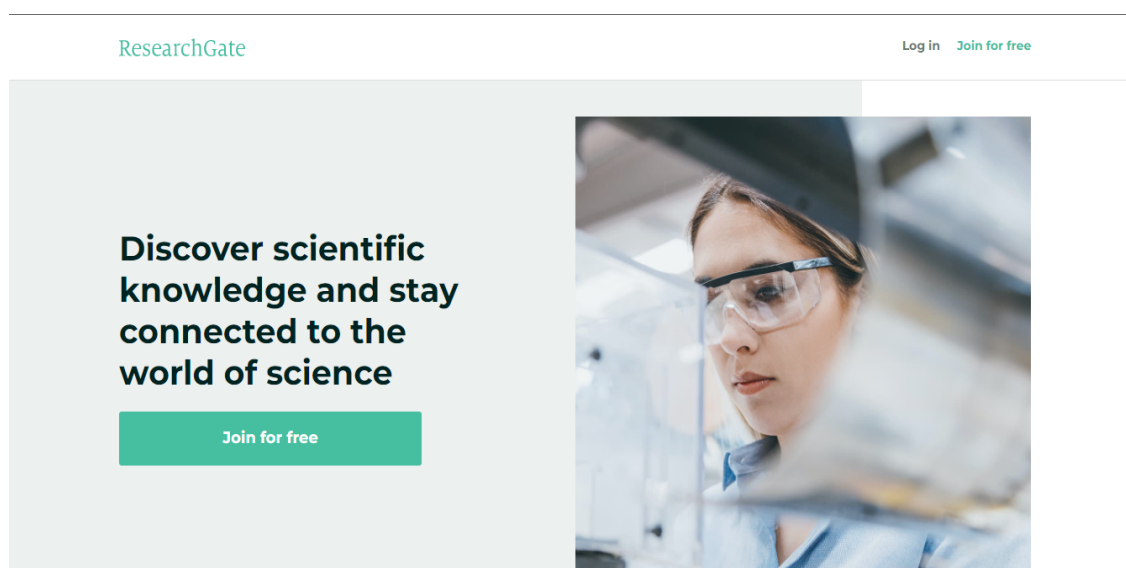
Dese modo, o ResearchGate permite que seus usuários naveguem por seu site e acessem os conteúdos disponíveis sem a necessidade de registro, mas para se fazer parte da

comunidade e depositar seus trabalhos científicos é preciso possuir um e-mail institucional reconhecido, só assim é possível fazer upload, armazenar e compartilhar cópia de manuscritos de sua autoria com diversas pessoas, promover detalhes de projetos em desenvolvimento, entre outras coisas. As dúvidas a respeito de como se utilizar o site são explicadas no help center¹⁸. Nessa área, são informados os serviços e informações que devem ser levadas em consideração na hora de fazer upload de trabalhos, como: permissões e políticas de direitos autorais de compartilhamento de trabalhos.

Por se tratar de uma empresa independente e com fins lucrativos, o ResearchGate pode alterar, restringir, interromper ou descontinuar seus serviços a qualquer momento para a preservação de seus lucros. Consequentemente, a preservação e o acesso a longo prazo dos conteúdos disponibilizados em sua plataforma não são garantidos.

Em síntese, o ResearchGate se dispõe a oferecer aos cientistas e pesquisadores uma rede de colaboração e compartilhamento de literatura científica, as quais em sua maioria estão ou podem estar – dependendo da licença que foi aplicada ao material e da versão postada pelo autor – violando algum direito ao ser disponibilizada de forma pública numa plataforma de caráter comercial.

Figura 3: ResearchGate



Fonte: ResearchGate.

18 Fonte: <https://explore.researchgate.net/display/support/Help+Center>. Acesso em: 4 abr. 2022.

#ICanHazPDF (Twitter)

O Twitter é uma plataforma de mídia social. No entanto, além do seu uso social, Gardner e Gardner (2015) apontam que muitos cientistas e acadêmicos estão utilizando-o para aumentar suas redes profissionais, organizar revisões de pré-print de artigos e rascunhos de manuscritos, avaliar pós-prints e divulgar e compartilhar materiais acadêmicos. Ainda de acordo com os autores, esse modelo de acesso é coordenado pelo uso da hashtag #icanhazpfd, na qual é inserida em um tweet para que outros usuários possam recuperá-los através de links e de funções de busca da própria rede social.

A hashtag #icanhazpfd foi inventada em 2011, nos Estados Unidos, pela cientista cognitiva Andrea Kuszewski. O seu intuito era facilitar o acesso e o compartilhamento da literatura acadêmica entre cientistas que não possuem acesso ou não tem condições de pagar por artigos que estão bloqueados ou, ainda, que só estariam disponíveis através de serviços de empréstimo entre bibliotecas (GARDNER; GARDNER, 2015). Além disso, a hashtag é uma referência ao meme “I can has cheezburger”¹⁹ (GARDNER; GARDNER, 2015; PENN, 2018; SWAB; ROMME, 2016). Portanto, a hashtag #IcanHazPD é uma atividade disseminação gratuita e sem restrição, a qual serve para solicitar, obter, fornecer, divulgar e distribuir artigos, livros, capítulo de livros, manuscritos, pré-impressões e rascunhos de trabalhos online de forma rápida e eficiente.

Conforme Swab, Romme (2016), Gardner e Gardner (2015), o compartilhamento via Twitter é feito da seguinte forma: primeiramente, o solicitante do material elabora um tweet com o link ou citação parcial do material, e-mail pessoal para recebimento da solicitação e incorpora junto ao seu pedido a hashtag #icanhazPDF. Ainda em conformidade com os autores, outros usuários da rede que atendem aos pedidos utilizam-se de credenciais acadêmicas ou pessoais para buscar na base de dados das editoras ou disponibilizam a versão final publicada pela revista para responder aos pedidos de solicitação. Logo que o pedido é atendido, o(s) solicitante(s) trata(m) de excluir o tweet que possuía a requisição, tal método é usado para manter o anonimato do usuário provedor do conteúdo, visto que, possivelmente, esse usuário violou direitos autorais ou acordos de licenciamento (GARDNER; GARDNER,

19 O meme surgiu de um macro de imagens de gatos com legendas bobas e cheias de erros ortográficos intencionais que eram compartilhadas via internet. O meme, em específico, é a imagem de um gato cinza com a legenda ‘[I can has cheezburger?](#)’. Este meme mais tarde foi a inspiração para a criação de um [weblog](#) com o mesmo nome que faz um compilado desses tipos de memes.

2015; SWAB, ROMME, 2016). Dessa forma, torna-se quase impossível mensurar o volume documental dessa hashtag, visto que nada fica armazenado na plataforma para uso posterior. Conseqüentemente, a preservação e o acesso a longo prazo dos conteúdos disponibilizados não são assegurados, já que muitos dos registros são deletados pelos usuários. Em suma, o Twitter permite que os usuários naveguem por sua plataforma sem a necessidade de registro, no entanto, para se fazer solicitações e disponibilizar conteúdo, é preciso se registrar, em outras palavras: qualquer pessoa que tenha uma conta pode fazer upload de materiais, responder e fazer solicitações.

Embora o Twitter tente cumprir com a política de remoção de conteúdos que violem os direitos autorais, essa política não consegue deter esse modelo alternativo de compartilhamento que se instalou em sua plataforma, uma vez que todos os links e arquivos dos materiais compartilhados estão sendo enviados através de e-mail. Logo, os usuários que forneceram os materiais ‘supostamente’ não violariam as diretrizes do Twitter. Segundo a página sobre a política de direitos autorais, o Twitter atende os pedidos de remoção de conteúdo, conforme o Digital Millennium Copyright Act (DMCA). Assim, o Twitter responde somente à

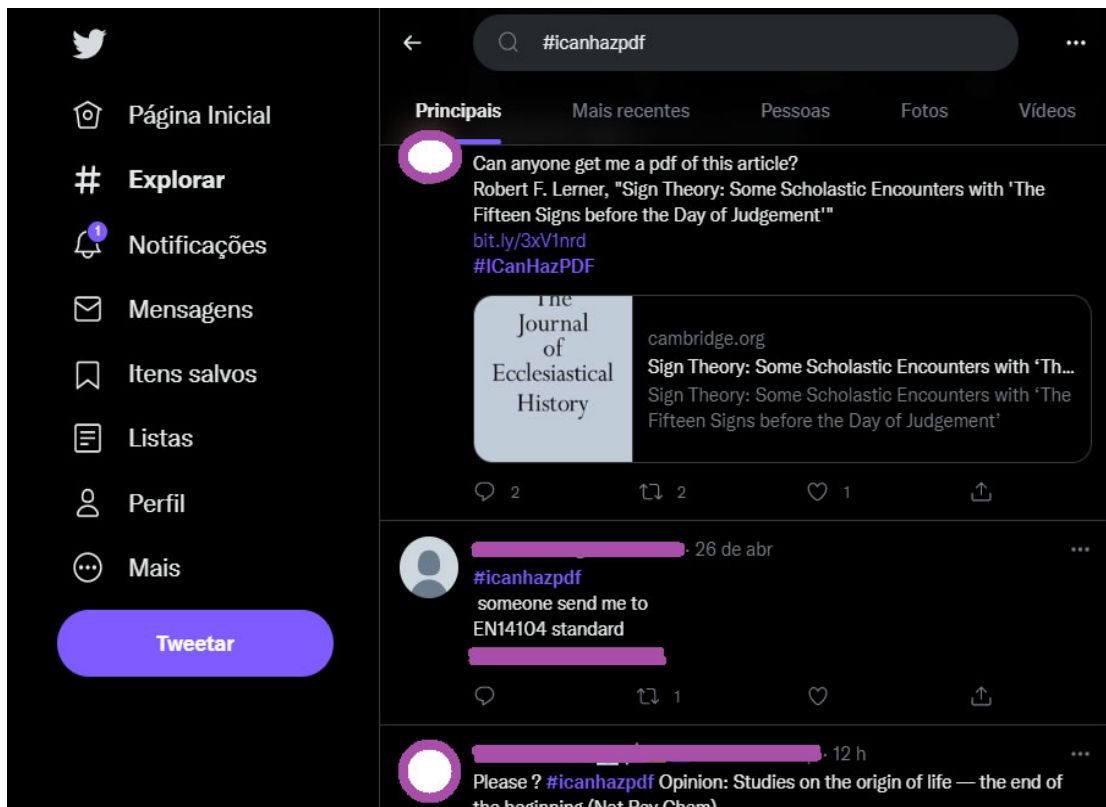
denúncias de violação de direitos autorais, como alegações referentes ao uso não autorizado de uma imagem protegida por direitos autorais, como foto de perfil ou capa ou de uma imagem ou vídeo protegido por direitos autorais [...] ou, ainda, tweets que contêm links para materiais supostamente infratores. (TWITTER, [200-?])

Gardner e Gardner (2015) sugerem que as solicitações feitas através da hashtag #icanhazPDF podem estar ligadas com o problemático sistema tradicional de publicações e com os complexos processos de empréstimo entre bibliotecas. Visto que, muitos pesquisadores estão optando por métodos alternativos para se obter literatura científica. Gardner e Gardner (2015) ainda apontam que, enquanto os sistemas de publicações não mudarem e o empréstimo entre bibliotecas não for simplificado e não receber mais investimentos, alternativas de Guerilla Open Access continuarão existindo.

Sucintamente, o Twitter trata-se de uma rede social que passou a ser utilizada como ferramenta de ajuda para solicitação de literatura científica entre os pesquisadores que não possuem e os que possuem as assinaturas dos periódicos. É bem provável que os materiais

que são solicitados pelo Twitter estejam violando algum direito, visto que a política de uso da hashtag #icanhazPDF exige que seus usuários apaguem sua postagem após terem sua solicitação atendida por e-mail.

Figura 4: #I Can Haz PDF



Fonte: Twitter.

Reddit Scholar

O Reddit é uma rede social de comunidades na qual o conteúdo é dividido em diversas categorias e áreas de interesses. Essas categorias e áreas são denominadas de subreddits, que são separados por temas sobre: notícias, ciência, jogos, política e entre outros tópicos, ou seja, existe uma comunidade para todos os tipos de interesses e assuntos. Portanto, os conteúdos são produzidos, organizados e compartilhados pelos próprios usuários, os quais podem ou não ser de autoria de quem posta (GOGONI, 2021).

O subreddit scholar foi criada em 2009 por voluntários, destinado a ser uma ferramenta “para solicitar e compartilhar artigos disponíveis em várias bases de dados”, como é descrito pela própria comunidade, ou seja, é um serviço para troca de conteúdos de cunho acadêmico. Portanto, subreddit scholar concede aos seus usuários uma gama de artigos, livros e capítulo de livros, teses, suplementos e metadados de forma gratuita e sem restrições.

Na página da comunidade, há várias diretrizes e regras que os usuários devem seguir na hora de solicitar um material. Primeiramente, pedem que eles se certifiquem de incluir todas as informações necessárias durante um processo de solicitação, como: título e autor da obra acompanhado de uma *tag* que identifique qual o tipo de material está sendo solicitado no título da postagem, é pedido também, o DOI, PMID ou ISSN (se for artigo), DOI ou ISBN (se for livro ou capítulo de livro) e link (URL) para o site onde o material está disponível.

Os usuários do subreddit scholar podem navegar por sua plataforma e contemplar seus conteúdos sem precisar se registrar, mas é preciso ter uma conta para fazer e/ou responder solicitações de literatura científica. Para fazer a solicitação, os usuários da comunidade enviam os metadados e o hiperlink (DOI) na esperança de que outro(s) usuário(s) que tenha(m) acesso para baixar o material o compartilhe/envie para sites como o LibGen e poste o hiperlink do arquivo na plataforma de compartilhamento (CABANAC, 2016). Logo que a solicitação é respondida, o usuário é orientado a marcar sua postagem com o termo NSFW (no safe for work). De acordo com Cabanac (2016), as postagens marcadas com o termo NSFW são ocultadas para todos os usuários como forma de impedi-los de buscar por materiais já disponíveis. Ainda conforme o autor, essa estratégia torna impossível verificar o histórico de solicitações. No entanto, o autor estima que existem 17.000 solicitações por ano, embora ele não tenha conseguido apurar quantas solicitações são respondidas e nem a quantidade de downloads feitas. Consequentemente, o Subreddit Scholar não armazena nenhum documento de forma cumulativa em sua plataforma para que possa ser utilizado futuramente. Portanto, o acesso permanente e a preservação dos conteúdos a longo prazo não podem ser garantidas.

Em um dos avisos, os administradores recomendam que os usuários verifiquem se o material que estão buscando já está disponível em sites como LibGen, Sci-Hub e BookZZ antes de solicitá-lo. Sugerem também que “se [a] solicitação não for urgente, busque pelo

empréstimo entre bibliotecas. Visto que empréstimo entre bibliotecas evita possíveis problemas de direitos autorais e permite que as bibliotecas saibam quais assinaturas são úteis” (REDDIT SCHOLAR, 2009, tradução nossa)²⁰. Da mesma forma, encorajam o uso de recursos de distribuição gratuita de conhecimento durante a pesquisa de seus usuários, apresentado links de sites que oferecem materiais em acesso aberto, como: Open Access Journals DIR, Open Access Journal List, Pub Library of Science e Google Scholar.

O subreddit usa de uma exceção existente dentro da Lei de Direitos Autorais do EUA chamada de ‘fair use’ para manter a rede de compartilhamento ativa. Por isso, o subreddit faz um adendo aos usuários sobre direitos autorais e o fair use das obras que são compartilhadas, informado aos usuários que “não venda, distribua indevidamente, use ou abuse de quaisquer serviços que você possa receber dos usuários deste site. Respeite os direitos dos proprietários dos direitos autorais e de outros usuários deste serviço (tradução nossa)”²¹.

Varian (2005, p. 125 apud Cabanac, 2016, p. 13-14) conceitua uso justo como:

[...] sob certas condições, trechos de trabalhos que foram protegidos por direitos autorais podem ser reproduzidos. A Lei de Direitos Autorais dos Estados Unidos de 1976 **indica que as reproduções para fins como “crítica, comentário, reportagem de notícias, ensino (incluindo várias cópias para uso em sala de aula), bolsa de estudos ou pesquisa, não é uma violação de direitos autorais.”** Esta “doutrina de uso justo” é essencialmente **uma defesa contra uma reclamação de violação**, e a lei dos EUA **indica vários fatores que podem ser levados em consideração em tal defesa, incluindo a finalidade do uso, a natureza da obra, a proporção da obra copiada e o impacto econômico do uso no mercado** (tradução nossa, grifo nosso)²².

Embora a doutrina de uso justo não seja um conjunto de licenças sistematizadas, essa doutrina faz parte de uma orientação da legislação de alguns países que a iniciativa se utiliza

20 **No original:** “If your request isn't urgent, please try an interlibrary loan (ILL) instead. ILL avoids potential copyright issues and lets libraries know which subscriptions are useful.”

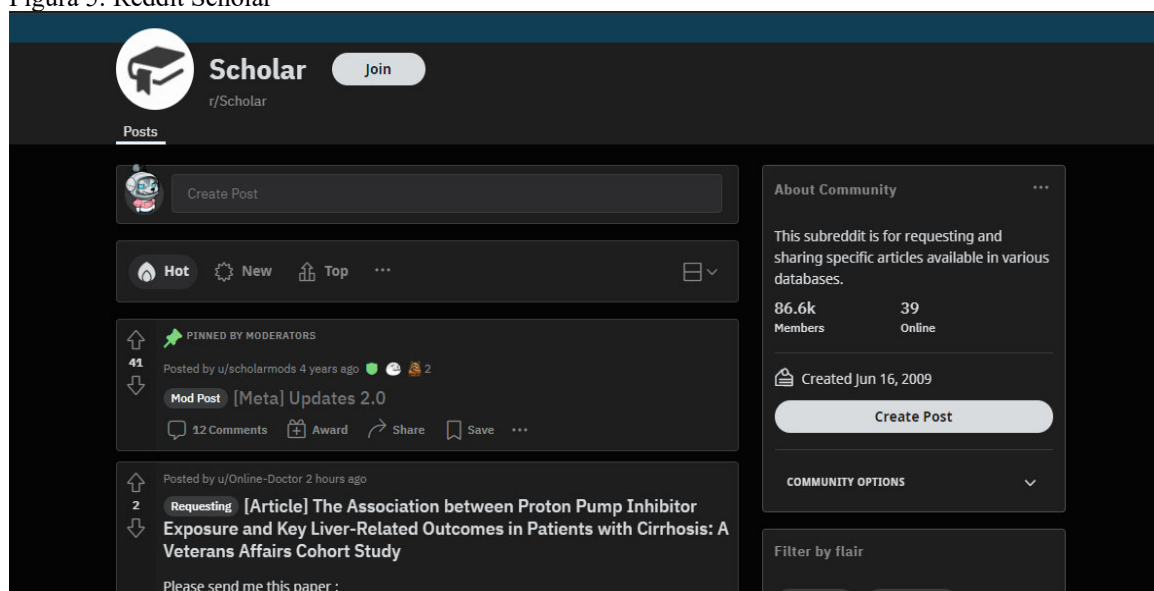
21 **No original:** “Please note that everything on this subreddit is provided under fair use. As such, please do not sell, wrongfully distribute, use or abuse any services that you may receive from users on this site. Violations may result in suspension or banning of a particular user or this entire service. Please be respectful of the rights of copyright owners and other users of this service” (Reddit, 2009).

22 **No original:** “under certain conditions, extracts from works that have been copyrighted may be reproduced. The U.S. Copyright Act of 1976 indicates that reproductions for purposes such as “criticism, comment, news reporting, teaching (including multiple copies for classroom use), scholarship, or research, is not an infringement of copyright.” This “fair use doctrine” is essentially a defense against an infringement claim, and U.S. law indicates several factors that can be taken into account in such a defense, including the purpose of the use, the nature of the work, the proportion of the work copied and the economic impact of the use on the market. The fair use exemption is notoriously vague, but perhaps intentionally so, as it allows the law to deal flexibly with cases as they arise” (Varian, 2005, p. 125 apud Cabanac, 2016, p. 13-14).

para se proteger contra o processo de violação de direitos autorais, movidos pelos detentores da obra e para compartilhar materiais na internet.

Em síntese, o subreddit scholar é uma comunidade criada dentro uma rede social, assim como o Twitter, que virou uma ferramenta para solicitar conteúdo de cunho acadêmico entre os usuários que não possuem e os que possuem acesso aos artigos. Ao utilizar a doutrina de uso justo, deixa-se subentendido que os conteúdos disseminados por essa comunidade de compartilhamento não são de autoria de quem posta. Logo, violariam os direitos autorais e as licenças aplicadas nas obras.

Figura 5: Reddit Scholar



Fonte: Reddit Scholar.

Open Access Button

O Open Access Button foi criado no Reino Unido por David Carroll e Joe McArthur, sua versão beta foi disponibilizada em 2013, mas seu lançamento oficial aconteceu somente em 2014 (PENN, 2018; VIDAL, 2014). De acordo com Vidal (2014), o projeto é mantido por estudantes e pesquisadores, juntamente a rede de apoio da Medsin-UK e da Right to Research Coalition. Ainda de acordo com a autora, o botão foi produzido em parceria com a Cottage Labs e financiado por empresas e organizações que apoiam a ciência aberta e suas vertentes

como: Open Society Foundations, Joint Information Systems Committee (Jisc), Arcadia, Mozilla Science, PLOS e 68 colaboradores individuais via crowdfunding. Além disso, a iniciativa é apoiada pela SPARC, a qual promove o compartilhamento aberto dos resultados de pesquisa e de materiais educacionais como forma de democratizar o acesso ao conhecimento.

O site informa que o Open Access Button foi idealizado a partir do descontentamento dos alunos com paywalls. Em vez de se conformarem com a situação, eles decidiram criar um sistema de solicitação de artigos, dados, métodos e códigos diretamente com os autores das pesquisas como uma forma de impulsionar um sistema de publicação acadêmica mais aberto. Portanto, o Open Access Button trata-se de uma iniciativa sem fins lucrativos que busca encontrar e disponibilizar gratuitamente e legalmente texto completo de conteúdos científico como forma de estimular as publicações em acesso aberto. A ferramenta possui um total de 1,050,739 de artigos disponibilizados em sua base de dados.

O Open Access Button permite que seus usuários naveguem por seu site e visualizem os materiais sem necessidade de registro, mas como condições para usar certos aspectos do serviço. Por exemplo: para criar solicitações de obras que não estão disponíveis em acesso aberto, deve-se registrar com um endereço de e-mail válido para cadastro. Segundo Vidal (2014), o cumprimento dessa norma é fundamental, pois as informações que são geradas pelo Open Access Button são públicas. Após fazer cadastro no site, uma extensão do botão pode ser instalada e adicionada para modificar a funcionalidade do navegador. Logo, no instante que o usuário se depara com uma barreira de acesso pago, é só clicar na extensão que a ferramenta inicia uma busca pelo artigo em bases de dados gratuitas e agregadores de repositório de acesso aberto como: Unpaywall Data, Share, CORE, OpenAIRE, Dissem.in, Europe PMC e BASE, ou em periódicos de acesso aberto, assim como nas páginas pessoais e blogs dos autores para entregar ao usuário solicitante um artigo aberto e de forma legal. Se nenhuma cópia disponível for recuperada, a ferramenta dá início a um processo de solicitação, que consiste em encaminhar o pedido do usuário por e-mail ao(s) autor(es) do artigo e pedir que ele(s) deposite(m) seu trabalho em um repositório aberto. Outra possibilidade é requisitar ao autor uma cópia para upload que será arquivada no Zenodo pelos administradores do Open Access Button (OPEN ACCESS WORKS, 2017; VIDAL, 2014). Em síntese, essa ferramenta

é um meio de levar o usuário direto a uma cópia gratuita da literatura acadêmica solicitada, assistindo o autor a depositar uma cópia em algum repositório aberto ou a compartilhar uma versão autorizada pela editora através do e-mail para que possam ser arquivadas pelo site. Desse modo, o Open Access Button espera que essas solicitações por e-mail incentivem os autores a adotarem o arquivamento em repositórios de acesso aberto para estas pesquisas futuras e outras solicitadas estejam livremente disponíveis (OPEN ACCESS WORKS, 2017).

Tudo que é compartilhado pelo Open Access Button é aberto, em outras palavras, o código da ferramenta, seus conteúdos e dados são compartilhados sob licenças abertas. Sendo assim, os conteúdos são distribuídos conforme a licença CC-BY e os dados são CC-0²³, já o código da ferramenta está sob uma licença MIT e disponível no github²⁴ (OPEN ACCESS WORKS, 2013). De acordo com Rosen (2005, p. 86), licença MIT concede permissão:

a qualquer pessoa que obtenha uma cópia do software e dos arquivos de documentação associados, para utilizar o Software sem restrições e sem limitações, incluindo o direito de usar, copiar, modificar, mesclar, publicar, distribuir, sublicenciar e/ou vender cópias do Software (tradução nossa).

Dessa forma, trata-se de uma licença pouco restritiva no uso, que permite modificação e distribuição do código fonte do programa.

Nos termos de serviços²⁵ do site do Open Access Button é apresentado um breve trecho sobre copyright e propriedade intelectual. Primeiramente, o Open Access Button informa que respeita a propriedade intelectual de terceiros e pede que seus usuários façam o mesmo. O site segue dizendo que não se responsabiliza por qualquer consequência causada por compartilhamentos de materiais feitos direta ou indiretamente com outras pessoas que não possuam os direitos apropriados para seu compartilhamento. O serviço do Open Access Button ainda indica que só responde os avisos de possíveis infrações dos direitos autorais em sua plataforma se estes estiverem de acordo com a lei, devendo estas violações serem apontadas durante o pedido de remoção. O serviço finaliza alegando que tem o direito de excluir e remover conteúdos infratores, assim como cancelar contas de usuários infratores reincidentes.

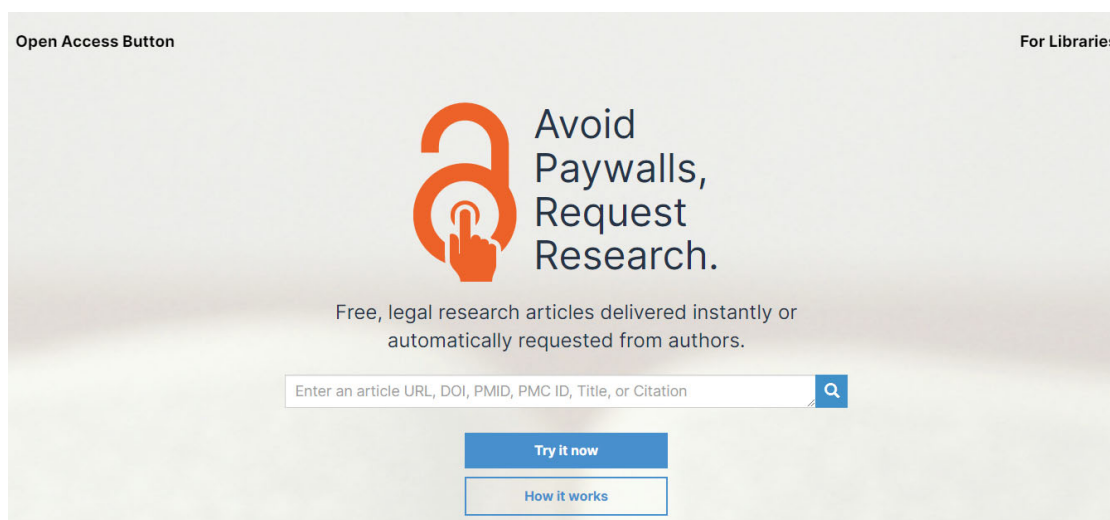
23 Fonte: <https://creativecommons.org/share-your-work/public-domain/cc0/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

24 Fonte: <https://github.com/oaworks>. Acesso em: 5. abr. 2022.

25 Fonte: <https://openaccessbutton.org/terms>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Resumindo, o Open Access Button é uma ferramenta que trabalha para automatizar o processo de busca por artigos científicos publicados atrás de barreiras de pagamento de forma legítima sem violar qualquer direito ou licença para reduzir a desigualdade informacional e ajudar na abertura dos resultados de pesquisas. Para isso, a iniciativa se utilizou da disponibilização do seu código aberto, de um modelo de disseminação ético e sem fins lucrativos.

Figura 6: Open Access Button



Fonte: Open Access Button.

A fim de melhor compreender as iniciativas descritas, as variáveis citadas na metodologia foram levadas em consideração durante a análise e detalhamento de cada iniciativa. A síntese dessa análise está disponível no Quadro 7.

Quadro 8: Síntese das características analisadas

	Library Genesis	SCI-HUB	ResearchGate	#ICanHazPDF	Reddit Scholar	Open Access Button
Local	Rússia	Cazaquistão	Berlim, Alemanha	São Francisco, Estados Unidos	Desconhecida	Londres, Reino Unido
Ano de	2008	2011	2008	2011	2009	2013

criação						
Possui vínculo com grupos/orga nizações	Não	Não foi encontrado nenhuma informação	Sim	Não foi encontrado nenhuma informação	Não foi encontrado nenhuma informação	Sim
Possui vínculo com iniciativas open source	Não	Não foi encontrado nenhuma informação	Não foi encontrado nenhuma informação	Não foi encontrado nenhuma informação	Não foi encontrado nenhuma informação	Sim
Tipologia documental	Artigos científicos, livros científicos e didáticos, imagens, livros de ficção, história em quadrinhos, audiolivros e revistas.	Artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, anais de congressos	Artigos, documentos de conferências, seminários e workshops, propostas de pesquisa, teses, dados, livros e capítulos de livros	Artigos, livros, capítulo de livros, manuscritos, pré-impresões, rascunhos	Artigos científicos e livros científicos, capítulos de livros, teses, suplementos, metadados	Artigos, dados, métodos e códigos
Volume documental	84,978,726 ²⁶	88,343,822 ²⁷	135,000,000 ²⁸	Não é possível mensurar	Não é possível mensurar	1,050,739 ²⁹
Licenças utilizadas	Não declara e nem faz uso de licença	Não declara e nem faz uso de licença.	Não foi encontrado nenhuma informação	Não declara e nem faz uso de licença	Fair use	Licença MIT, CC-BY e CC-0
Oferta serviços de informação ou suporte para usuários	Sim. Através do fórum: (https://forum.mhut.org/)	Não	Sim. No próprio site	Não para esse modelo de uso da plataforma	Sim. No próprio site	Sim. Através do e-mail: legal@openaccessbutton.org
Demanda ou sugere que o usuário faça registro no site	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Possui propaganda	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não

26 Fonte: <https://web.archive.org/web/20190810191312/http://booksdescr.org/stat.php>. Acesso em: 18 ago. 2021.

27 Fonte: <https://www.sci-hub.se/about>. Acesso em: 16 ago. 2021.

28 Fonte: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

29 Fonte: <https://openaccessbutton.org/request?source>. Acesso em: 5 abr. 2022.

s ou promoção de conteúdo						
Possui vínculo com conta em redes sociais	Não	Sim. Twitter e Facebook	Não	Se encontra em uma rede social	Se encontra em uma rede social	Sim. Twitter e GitHub
Disponibiliza informações para contato	Sim. Através do fórum (https://forum.mhut.org/).	Através das redes sociais e do e-mail da criadora	Sim. Através do próprio site	Não	Sim. Através do envio de mensagem para os moderadores	Sim. Através do blog ao.works, Twitter, GitHub e e-mail hello@openaccessbutton.org
Documentos /declarações vinculadas	Não	Não	Não	Não	Sim. Documento sobre fair use	Não

Fonte: Elaboração própria.

É evidente que os serviços aqui citados são particularmente atraentes devido suas facilidades de uso, rapidez e conveniência na hora de buscar por informações científicas, dado que qualquer pessoa, que tenha acesso a uma conexão de rede, pode fazer uso e recuperar o material desejado sem muito esforço. Afinal, alguns mecanismos não demandam que seus usuários criem contas para acessar os materiais disponíveis nem precisem pagar para se ter acesso. Levando em consideração as características de cada iniciativa previamente expostas, no tópico seguinte, classificaremos tais iniciativas conforme os conceitos e elementos do que é entendido por acesso aberto e, ao final, indicaremos em que medida tais iniciativas se aproximam das características atreladas ao acesso aberto.

4.3 Classificação das iniciativas da Guerilla Open Access

A análise das definições e características do acesso aberto (item 4.1 deste capítulo) resultaram em um conjunto de cinco elementos de análise, sendo eles:

- 1 Disponibilização de conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso;

- 2 Possuir a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra;
- 3 Respeitar as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas;
- 4 Propiciar condições para o depósito e o arquivamento das obras;
- 5 Proporcionar armazenamento a longo prazo para preservação das obras.

Estes elementos foram definidos para determinar em que medida as iniciativas aqui analisadas se enquadram ou não dentro dos objetivos do acesso aberto. Os critérios para definir os elementos do acesso aberto foram elaborados a partir de discussões de autores como: Suber, Björk, Harnad, Muriel-Torrado e Pinto, Costa, Clobridge, Freitas e entre outros; as Declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim também foram levadas em considerações para caracterizar e para avaliar o alcance dessas iniciativas no âmbito do acesso aberto. Além disso, todos os elementos listados no item 4.2 deste capítulo contribuíram para esta análise, entretanto, daremos um maior foco para aquelas informações que se encaixam dentro dos elementos do acesso aberto aqui estabelecidos.

O sistema de imagem utilizado nos quadros de análise dos elementos indica em que medida cada iniciativa se aproxima das prerrogativas do acesso aberto, no qual duas estrelas são para apontar que a iniciativa cumpre o requisito; uma estrela indica que a iniciativa cumpre parcialmente o requisito; e um traço significa que a iniciativa não cumpre com a condição.

A LibGen disponibiliza e oferece acesso de modo gratuito a literatura científica, técnica e educacional em formato digital e livre da maioria das restrições de uso. De forma que seus usuários possam buscar, encontrar, baixar e compartilhar livremente os arquivos. A biblioteca não possui a permissão do(s) detentor(es) dos direitos autorais e nem respeita as licenças de uso estipuladas para disseminar tais conteúdos. Mesmo assim, toda informação disponibilizada por ela, desde o banco de dados do catálogo até os próprios arquivos, é distribuída como ‘domínio público’. O upload de conteúdos pode ser efetuado por qualquer pessoa de forma anônima, devendo usar um usuário e uma senha fornecidas pelo próprio site. É possível também enviar os arquivos para algum serviço de compartilhamento de arquivos para que seja processado por outros membros da comunidade, o usuário deve compartilhar o

link de download no tópico do fórum da própria LibGen para que o conteúdo seja armazenado e disponibilizado. A LibGen possui diversos domínios e uma infraestrutura que permite ser copiada e disponibilizada livremente por qualquer pessoa, essa estratégia foi projetada para proteger a estrutura da biblioteca e manter seu funcionamento. No entanto, não dispõe de garantias para proporcionar armazenamento a longo prazo, uma vez que o site passou e ainda passa por diversos processos e problemas judiciais que podem vir a causar seu encerramento. Como descrito no quadro 8.

Quadro 9: Avaliação Library Genesis (LibGen)

Elementos do acesso aberto	Library Genesis
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	★ ★
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	—
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	—
Permite arquivamento ou depósito de obras	★ ★
Proporciona armazenamento a longo prazo para preservação das obras	★

Fonte: elaboração própria.

O Sci-Hub disponibiliza e oferece acesso gratuito à literatura científica de forma ampla e massiva para a sociedade, contornando qualquer barreira de acesso pago e restrições que impeçam distribuição e que aumentem a desigualdade informacional. Elbakyan, a criadora do sistema, enxerga os direitos autorais como uma barreira que dificulta o acesso e a distribuição de informação na Internet, portanto, Sci-Hub não possui a permissão do(s) detentor(es) dos direitos autorais das obras disponibilizadas em seu site. Os materiais coletados e distribuídos são obras que se encontram protegidas por direitos autorais ou por alguma licença de distribuição, visto que o site se utiliza de credenciais de acesso (usuário e senhas institucionais) vazadas ou cedidas por pesquisadores e cientistas pra obter uma cópia do

trabalho. Logo, o Sci-Hub não obedece as regras de concessão atribuídas por uma licença das obras que se encontram em seu site. O depósito dos materiais do Sci-Hub é arquivado pelos próprios gerenciadores do site. O Sci-Hub possui diversos domínios como forma de manter-se em funcionamento, no entanto, não dispõe de garantias para proporcionar armazenamento a longo prazo, uma vez que o site passou e ainda passa por diversos processos e problemas judiciais que podem vir a causar seu encerramento, como detalhado no quadro 9.

Quadro 10: Avaliação Sci-Hub

Elementos do acesso aberto	Sci-Hub
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	★ ★
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	—
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	—
Permite arquivamento ou depósito de obras	★ ★
Proporciona armazenamento a longo prazo para preservação das obras	★

Fonte: elaboração própria.

O ResearchGate disponibiliza e oferece acesso gratuito à literatura científica, permitindo que seus usuários façam upload e publiquem seus trabalhos, encontrem e baixem trabalhos de colegas, compartilhem seus trabalhos e de colegas sem qualquer restrição de acesso e uso. Ainda que os artigos publicados no ResearchGate sejam disponibilizados pelos próprios autores dos conteúdos, alguns dos artigos publicados no site são, na sua maioria, versões protegidas por direitos autorais e que não deviam estar livremente disponíveis. O ResearchGate informa que seus usuários que devem saber sobre os direitos que detêm ou quaisquer termos de licença ou outras restrições que possam ser aplicadas ao conteúdo disponibilizado. Por esse motivo, solicitam que o usuário investigue e confirme se tem permissão suficiente para postar determinado conteúdo no site. Os próprios usuários ficam

responsáveis por fazerem upload de cópias privadas para armazenamento ou para disponibilizar publicamente seus manuscritos. A preservação e o acesso a longo prazo dos conteúdos disponibilizados em sua plataforma não são garantidos, já que o ResearchGate é um site de uma empresa com fins lucrativos que pode encerrar suas atividades quando desejar, como retratado no quadro 10.

Quadro 11: Avaliação ResearchGate

Elementos do acesso aberto	ResearchGate
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	★ ★
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	★
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	★
Permite arquivamento ou depósito de obras	★ ★
Proporciona armazenamento a longo prazo para preservação das obras	★

Fonte: elaboração própria.

A hashtag #icanhazpdf disponibiliza literatura acadêmica de forma gratuita e sem restrições dos direitos autorais e da maioria das licenças. Os materiais que estão sendo solicitados através do Twitter e disponibilizados através dos e-mails concedidos pelos usuários são materiais que se encontram em periódicos científicos pagos e que são protegidos pelos direitos autorais, portanto, os usuários não possuem permissão para compartilhá-los. Os usuários do #icanhazpdf infringem contratos estabelecidos de direitos autorais e licenças para disponibilizar o conteúdo pago solicitado para outros usuários. Ainda que alguns usuários façam o upload de seus próprios materiais acadêmicos para divulgação e compartilhamento com colegas dentro da plataforma do Twitter, a maioria desses compartilhamentos ocorrem através da troca de e-mails entre usuários. Muitos dos pedidos de solicitação são respondidos pelo e-mail cedido na postagem. Além disso, as postagens contendo os pedidos são apagados

quando respondidas. Assim, o acesso desses conteúdos não fica registrado e a preservação também não é garantida para usos posteriores, como esboçado no quadro 11.

Quadro 12: Avaliação #IcanHazPDF

Elementos do acesso aberto	#IcanHazPDF
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	★ ★
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	—
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	—
Permite arquivamento ou depósito de obras	★
Proporciona armazenamento a longo prazo para preservação das obras	—

Fonte: elaboração própria.

O Subreddit Scholar disponibiliza materiais de cunho científico de forma gratuita e sem a maioria das restrições aos usuários de sua plataforma. Os conteúdos são solicitados e postados pelos próprios usuários, os quais não têm a permissão do autor ou do detentor dos direitos autorais para disponibilizá-los. No entanto, a comunidade se utiliza do fair use para compartilhar os materiais na internet e para se proteger de processos de violação de direitos autorais. Assim como os direitos autorais, os usuários que disponibilizam esses materiais estão infringindo as licenças aplicadas nos conteúdos quando compartilham com outros colegas cópias dos materiais solicitados. Por se tratar de uma plataforma de troca de conteúdo acadêmico, os usuários respondem as solicitações com o link de onde uma cópia para download está disponível, por isso, os documentos não podem ser arquivados dentro do sistema. Quando os pedidos de solicitação são respondidos, os moderadores tratam de ocultá-los para que outros usuários não repitam o pedido de solicitação do mesmo material que já está disponível na internet. Logo, eles não ficam armazenados na plataforma e,

consequentemente, o acesso e a preservação desses conteúdos não fica registada e nem disponível pra usos posteriores, como informado no quadro 12.

Quadro 13: Avaliação Reddit Scholar

Elementos do acesso aberto	Reddit Scholar
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	★ ★
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	—
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	—
Permite arquivamento ou depósito de obras	—
Proporciona armazenamento a longo prazo para preservação das obras	—

Fonte: Elaboração própria.

O Open Access Button fornece acesso as pesquisas científicas de forma gratuita e legal, ou seja, botão mostra apenas cópias legais e disponíveis gratuitamente. A ferramenta usa de fontes de acesso aberto (artigos, periódicos, repositórios e blogues autorais) para disponibilizar as obras solicitadas pelos seus usuários. Os trabalhos disponibilizadas pelo Open Access Button são obtidos de forma legítima, logo, não infringem os direitos autorais e nem as licenças atribuídas aos trabalhos. Open Access Button acredita que os e-mails contendo as solicitações enviadas aos autores dos trabalhos acabem incentivando a adoção do arquivamento em acesso aberto pelos autores, para que no futuro a ferramenta consiga oferecer acesso à pesquisa de forma instantânea quando outro usuário fizerem a solicitação. Por se tratar de uma ferramenta que localiza e encaminha o usuário diretamente a uma cópia gratuita da obra solicitada, o Open Access Button busca armazenar e garantir acesso permanente as cópias disponibilizadas legalmente pelos autores através do uso repositórios abertos. Como indicado no quadro 13.

Quadro 14: Avaliação Open Access Button

Elementos do acesso aberto	Open Access Button
Disponibiliza conteúdos acadêmicos de textos completos e em formato digital, livre das restrições de acesso e uso	★ ★
Possui a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da obra	★ ★
Respeita as licenças de uso estipulada por seu(s) autor(es) nas obras disponibilizadas	★ ★
Permite arquivamento ou depósito de obras	★ ★
Proporciona armazenamento a longo prazo para preservação das obras	★ ★

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa análise, constatamos que:

- a Todos os sistemas cumprem seu papel de promover a disponibilidade e o acesso às publicações científicas em formato digital, permitindo que seus usuários busquem, baixem e compartilhem os arquivos gratuitamente e sem restrições.
- b A maioria das iniciativas não detêm permissão da editora ou do autor para distribuir, compartilhar e disseminar informações e produções científicas em suas plataformas. O ResearchGate cumpre parcialmente com esse elemento, pois são seus os próprios autores que disponibilizam as suas pesquisas nesse sistema. Porém, algumas dessas pesquisas disseminadas pelo ResearchGate são versões finais dos artigos que foram publicados nos periódicos. Logo, são versões protegidas por direitos autorais que restringem o compartilhamento e que não deveriam encontrar-se disponíveis livremente em uma plataforma comercial.
- c Quatro das seis iniciativas não estão em conformidade com as regras de concessão atribuídas por uma licença aberta ou equivalente nas obras. A iniciativa ResearchGate cumpre parcialmente esse requisito, pois deixa sob responsabilidade dos autores-usuários verificarem os termos de licenças e suas restrições antes de postarem seus conteúdos.

- d Na LibGen e no Reddit Scholar, foram identificados o uso da política de domínio público e do conceito fair use, respectivamente, para disseminar literatura científica. Ambos os termos fazem parte de uma condição jurídica da legislação de alguns países, em que as iniciativas se utilizaram para reproduzir cópias dos materiais protegidos por direitos autorais sem sofrerem as consequências de processos de violação desses direitos.
- e O Open Access Button foi a única iniciativa que respeitou as concessões atribuídas por uma licença aberta ou equivalente nas obras que disponibiliza aos usuários. Ademais, essa iniciativa se utiliza de outros três tipos de licença de conteúdo, sendo elas: licença CC-BY – para distribuir materiais, licença CC-0 – para distribuir dados e licença MIT – para compartilhar o código do programa.
- f Cinco das seis iniciativas permitem o arquivamento da produção intelectual para serem disseminados de forma digital e completa.
- g Apenas uma das iniciativas cumpre completamente o elemento que exige que os documentos sejam armazenados de forma cumulativa e perpétua, garantindo seu acesso permanente e sua preservação, essa iniciativa é o Open Access Button.
- h Três iniciativas cumprem parcialmente em proporcionar armazenamento das obras a longo prazo, sendo: a LibGen, o Sci-Hub e o ResearchGate. Tanto a LibGen quanto o Sci-Hub são vistos como sites piratas pelos conglomerados editoriais, por isso, as duas iniciativas já enfrentaram e/ou ainda enfrentam processos jurídicos movidos por editoras, os quais podem resultar nos seus fechamentos. No caso do ResearchGate, o problema está na organização que mantém essa iniciativa, por se tratar de um produto de uma empresa privada que visa o lucro, o ResearchGate a qualquer momento pode ser alterado, interrompido ou ter seus serviços descontinuados quando deixar de render lucros para a empresa.

Conforme foi tratado ao longo da revisão de literatura, o desenvolvimento de políticas necessárias para o cumprimento de condições que assegurem o acesso aberto como modelo ideal para a disseminação e comunicação dos resultados de pesquisa científica ainda tem sido bastante debatido. Sendo assim, o movimento de acesso aberto se pauta em promover reformas legais no acesso e disseminação de literatura científica, buscando agir dentro das

normas dos direitos autorais e das licenças estabelecidas pelas editoras e por seus autores. A partir dessa análise, constatamos que a Guerilla Open Access funciona de modo distinto daqueles que promovem meios legais para alcançar a abertura do acesso. A maior parte das iniciativas justifica a violação de direitos autorais e termos contratuais para ajudar a cumprir com o propósito maior, que é compartilhar conhecimento e descobertas científicas, promovendo a liberação ampla e massiva de materiais de banco de dados editorais. No fim das contas, essas iniciativas tornam os conteúdos livremente disponíveis sem o consentimento do autor do trabalho ou do detentor dos direitos autorais. Apesar disso, foi concluído que apenas uma das iniciativas analisadas se aproxima do foi definido para uma iniciativa de acesso aberto. A iniciativa em questão é o Open Access Button, a qual foi a única que cumpriu com todos os cinco elementos estipulados nesta análise.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo científico foi mapear as principais iniciativas que integram o movimento da Guerilla Open Access. Para isso, ele foi dividido em outros três objetivos específicos, desenvolvidos para o cumprimento, com o propósito anteriormente mencionado. Portanto, a conclusão será apresentada conforme cada objetivo.

Discutir, com base na literatura, o que é definido como acesso aberto

O primeiro objetivo específico consistiu na elaboração de uma perspectiva teórica sobre os elementos que compõe e definem uma iniciativa de acesso aberto. Fundamentada nessa perspectiva teórica, as iniciativas de acesso aberto foram definidas e seus elementos estabelecidos (Quadro 7). Durante a elaboração desse objetivo, observamos os seguintes pontos:

- As declarações ressaltam a importância de garantir que as pesquisas financiadas com recursos públicos estejam disponíveis abertamente, sem que o conhecimento esteja obstruído por leis restritivas de acesso e uso;
- Identificamos poucas declarações de acesso aberto que mencionam o licenciamento em seus termos, importante critério para disponibilização de conhecimento aberto;
- As declarações selecionadas destacam a necessidade do uso de licenças livres ou equivalentes, principalmente aquelas que dão liberdade de uso e compartilhamento das obras;
- Levando em consideração os critérios abordados pelas declarações analisadas, o acesso aberto é um modelo de publicação que disponibiliza e fornece acesso à literatura científica através da remoção de barreiras monetárias e restritivas de uso. Essas informações devem estar associadas a licenças livres, que possibilitem aos usuários utilizarem as obras de forma ampla e irrestrita.
- Nesse sentido, os elementos fundamentais que caracterizam uma iniciativa de acesso aberto são:
 - 1 A disponibilização de textos completos de conteúdos acadêmicos em formato digital de forma gratuita e sem maioria das restrições de uso;

- 2 Possuir a permissão do detentor dos direitos autorais para ampla disponibilização da produção científica;
- 3 Respeitar as licenças atribuídas pelo autor do conteúdo;
- 4 Propiciar o arquivamento ou depósito da produção intelectual para disseminação digital e completa dos trabalhos acadêmicos;
- 5 Permitir armazenamento de documentos a longo prazo para assegurar o acesso permanente e a preservação dessa produção científica.

Identificação e caracterização das iniciativas guerilla open access

A escolha dos sistemas e sua descrição foram feitas com base em documentos, notícias e informações retiradas dos próprios sites, os quais foram abordados na literatura científica. A classificação desses sistemas se deu a partir dos cinco elementos que compõem uma iniciativa de acesso aberto. Portanto, podemos concluir que:

- Observamos que esses sistemas os quais disponibilizam e compartilham conteúdo científico foram desenvolvidos para suprir a desigualdade informacional existente em muitos países. Certamente, esse problema pode estar ligado com o controle editorial sob as publicações e com a dificuldade de avanço na abertura das pesquisas que o acesso aberto ainda enfrenta;
- Todos os sistemas propõem reunir literatura científica em formato digital, compartilhando e disponibilizando conhecimento de forma gratuita e sem cobranças, como modo de se opor aos sistemas editoriais que só prezam pelo lucro;
- Constatamos que a maior parte dos sistemas têm uma forte tendência em violar os acordos firmados entre editoras e autores, seja por desconhecimento ou de modo intencional. Portanto, os direitos autorais e as licenças são ignorados para democratizar o acesso ao conhecimento;
- Existem divergências entre o que é apontado como acesso aberto pela literatura e as declarações e como a maior parte dos sistemas descritos e analisados se comportam;

- Percebemos que cinco das iniciativas identificadas não podem ser classificadas como uma iniciativa de acesso aberto, uma vez que essas não cumprem completamente os elementos estabelecidos nesta pesquisa;
- Apenas uma das seis iniciativas identificadas pode ser considerada uma iniciativa de acesso aberto. A iniciativa de que tratamos é o Open Access Button, a qual cumpriu com todos os elementos.

Contribuições do estudo

O estudo forneceu um parâmetro da conjuntura em que se encontra o acesso aberto e o surgimento de meios controversos de compartilhamento de trabalhos acadêmicos que compõem esse novo movimento de abertura, conhecido como Guerilla Open Access. A análise permitiu entender duas questões: a primeira delas refere-se ao empenho de expandir o alcance das iniciativas de acesso aberto através da via verde e dourada e a tentativa das editoras em sufocar esses esforços; a última questão trata de como isso vem afetando e restringindo o acesso às pesquisas financiadas com recursos públicos e, conseqüentemente, sendo responsável pela criação de novos meios e modelos que disseminam o conhecimento livremente. Sendo assim, essa pesquisa contribuiu para entender as motivações por trás da criação de novos sistemas de 'livre acesso' e a contribuição dessas iniciativas para mudar, a contragosto dos grandes grupos editoriais, a democratização do acesso ao conhecimento.

Limitações da pesquisa

A limitação desta pesquisa foi se ater somente em iniciativas mencionadas e pesquisadas nas literaturas científicas e a falta de buscar por outras iniciativas fora desse espaço. Ademais, ressalta-se que um maior aprofundamento da discussão acerca dos direitos autorais poderia contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas aqui apresentadas.

Sugestão para estudos futuros

- Impactos que as iniciativas da GOA trazem para o acesso aberto;

- Análise comparativa da quantidade de publicações comerciais que estão disponíveis pela GOA e quantas se encontram em acesso aberto;
- Discussão das prerrogativas e limites legais das iniciativas identificadas.

6 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M.; ABDO, A. (ed.). **Ciência Aberta, questões abertas**. Brasília: IBCIT, 2015. p. 9-26. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA ABERTA, QUESTÕES ABERTAS, 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Liinc; IBICT; OKF; Unirio, 2014. Disponível em: <http://www.cienciaaberta.net/encontro2014/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

ALBAGLI, S. Ciência aberta: movimentos de movimentos. *In*: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana Farias (org.). **Ciência Aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 15-19. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, nov. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3593/3072>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ALBAGLI, S.; MACIEL, Maria Lucia. Informação, conhecimento e democracia no capitalismo cognitivo. *In*: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarit (org.). **Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ANDRADE, Rebeca de Moura; MURIEL-TORRADO, Enrique. Declarações de acesso aberto e a Lei de Direitos Autorais brasileira. **Reciis [online]**, v. 11, p. 1-5, nov. 2017. Suplemento. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1374>. Acesso em: 12 jan. 2021.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. acesso aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 187-208, out./dez. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/148060>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BANKA, Richa. Sci hub, Libgen case: Delhi HC to hear students, researchers. **Hindustan Times**, Nova Delhi, [online], 7 jan. 2021. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/sci-hub-libgen-case-delhi-hc-to-hear-students-researchers/story-PxBftjgAPFPfuXGok4qG7N.html>. Acesso em: 4 jul. 2021.

BARROS, Moreno Albuquerque de. A primavera acadêmica e o custo do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 365-377, dez. 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3366/2967>. Acesso em: 4 mar. 2021.

BARTLING, Sönke; FRIESIKE, Sascha (ed.). **Open science: the evolving guide on how the internet is changing research, collaboration and scholarly publishing**. Heidelberg: Springer, 2014. 339 p. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-319-00026-8>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BERLIN Declaration on Open Access to Knowledge in the Science and Humanities. Berlin. 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. Bethesda. 2003. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BJÖRK, Bo-Christer. Green, gold and black open access. *Learned Publishing*, v. 30, n. 2, p.173-175, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/leap.1096>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BJÖRK, Bo-Christer. Open access to scientific publications: an analysis of the barriers to change? **IR: Information Research**, [online], v. 9, n. 2, jan. 2004. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/9-2/paper170.html>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BODÓ, Balázs. Coda: a short history of book piracy. In: KARAGANIS, J. (ed.). **Media piracy in emerging economies**. New York: Social Science Research Council, 2011. p. 399-413. Disponível em: <http://piracy.americanassembly.org/wp-content/uploads/2011/06/MPEE-PDF-Coda-Books.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BODÓ, Balázs. Libraries in the post-scarcity era. In: Porsdam (ed): *Copyrighting Creativity: Creative values, Cultural Heritage Institutions and Systems of Intellectual Property*. [S.l.]: Ashgate, 2015. Disponível em: <https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=650006067081086028016084025002084000104031001088088078094101070102124112125117120027006025120062011037101125119028124097106108033081071019079125066092120123066008036051086068121084030002122070097025101107124015114068067112079006007064107101112126072&EXT=pdf&INDEX=TRUE>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BODÓ, Balázs. The Genesis of Library Genesis: The Birth of a Global Scholarly Shadow Library. In: Karaganis, Joe (ed). *Shadow Libraries: Access to Knowledge in Global Higher Education*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2018. p. 25-51.

BODÓ, Balázs. Pirates in the library: an inquiry into the guerilla open access movement. In: Annual Workshop of the International Society for the History and Theory of Intellectual Property, 8., 2016, United Kingdom, **Anais** [...]. United Kingdom: University of Glasgow, 2016. p. 1-19. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2816925. Acesso em: 5 mar. 2021

BUDAPEST Open Access Initiative. Budapest. 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BUDAPEST Open Access Initiative after 10 years. Budapest. 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CABANAC, Guillaume. Bibliogifts in LibGen? A study of a text-sharing platform driven by biblioleaks and crowdsourcing. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [S.l.], v. 67, n. 4, p. 874–884, abr. 2016. Disponível em: https://www.irit.fr/publis/SIG/2015_JASIST_C.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

CAFÉ, Lígia; LAGE, Márcia Basílio. Auto-arquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 1-9, 26 jun. 2002. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/280?locale=en>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CANTO, Fabiano Lorensi; MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Direitos de autor e licenças creative commons para periódicos científicos de acesso aberto. *In*: SILVEIRA, Lúcis da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Santa Catarina: Publicações UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208694/Capitulo%203.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CHAWLA, Dalmmeet Singh. Court demands that search engines and internet service providers block Sci-Hub. **Science Magazine**, Washington, [online], 6 nov. 2017. Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2017/11/court-demands-search-engines-and-internet-service-providers-block-sci-hub>. Acesso em: 4 jul. 2021.

CLOBRIDGE, Abby. All About Open Access Repositories. **Online Searcher** [S. l.], v. 38, n. 5, p. 38–41, 2014. Disponível em: <http://search-ebSCOhost-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=c8h&AN=98183104&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CLACSO. **Acesso Aberto não comercial e conhecimento em tempos de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/acesso-aberto-nao-comercial-ao-conhecimento-em-tempos-de-covid-19-pronunciamento-do-grupo-de-trabalho-conhecimento-aberto-como-bem-comum/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

COSTA, Michelli; ALVES, Larissa de Araujo. Diretórios de políticas editoriais sobre o acesso aberto. *In*: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana Farias (org.) **Ciência Aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 41-50. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

COSTA, Michelli; LEITE, Fernando César Lima (org.). **Panorama preliminar do desenvolvimento da Ciência Aberta**. Brasília: UnB: Fiocruz: RNP, 2019. 60 p. Disponível em: https://wiki.rnp.br/pages/viewpage.action?pageId=108957259&preview=/108957259/118595055/Relato%CC%81rio_%20Panorama%20preliminar%20da%20cie%CC%82ncia%20aberta%20no%20Brasil%20e%20no%20mundo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2020.

COUTO, Walter.; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Caminhos legais e ilegais para o Acesso Aberto: uma exploração de controvérsias. **Transinformação**, Campinas, v. 31, p. 1-16, out. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384365067019>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CREATIVE Commons. **Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional**. Online, [201-?]. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/licencas/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CRESSWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DAWSON, Patricia H.; YANG, Sharon Q. Institutional repositories, open access and copyright: what are the practices and implications?, **Science & Technology Libraries**, [S.l.] v. 35, n. 4, p. 279-294, set. 2016. Disponível em: http://eprints.rclis.org/32654/1/IRpaper_postprint_pdf.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

DECLARAÇÃO DA CIDADE DO CABO para educação aberta. Cidade do Cabo. 2007. Disponível em: <https://www.capetowndeclaration.org/translations/portuguese-translation>. Acesso em 7 mar. 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 2 fev. 2021.)

DECLARAÇÃO DE REA. Open Educational Resources (OER) Declaration. Paris. 2012. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/English_Paris_OER_Declaration.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO em Favor do Ecossistema Latino-Americano de Acesso Aberto Não Comercial. Declaração conjunta Latindex, Redalyc, Clacso e Ibtict. Cidade do México. 2017. Disponível em: <https://redalyc.org/redalyc/documentos/Declaracion-Mexico.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DIADORIM. Sobre o Diadorim. [201-?]. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/diadorim.jsp>. Acesso em: 24 fev. 2021.

DOAJ. About DOAJ. 2003. Disponível em: <https://doaj.org/about/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

DULCINEA. Acerca. [201-?]. Disponível em: <https://www.accesoabierto.net/dulcinea/acerca>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FREITAS, Marília Augusta de. **Diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais**. 2015. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19189/1/2015_MariliaAugustadeFreitas.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.

GARDNER, Carolyn Caffrey; GARDNER, Gabriel J. Bypassing Interlibrary Loan Via Twitter: An Exploration of #icanhazpdf Requests. *In*: ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES CONFERENCE (ACRL), 2015, Portland, Oregon, **Anais [...]**. Portland, Oregon: ACRL, 2015. p. 95-101. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/24847/2/gardner.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GARDNER, Gabriel J.; McLAUGHLIN, Stephen R.; ASHER, Andrew D. Shadow Libraries and You: Sci-Hub Usage and the Future of ILL. *In*: ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES CONFERENCE (ACRL), 2017, Baltimore, Maryland. **Anais [...]**. Baltimore, Maryland: ACRL, 2017. p. 568-587. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/30981/1/ShadowLibrariesandYou.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

GOGONI, Ronaldo. O que é o Reddit?. Tecnoblog, 2021. Disponível em: <https://tecnoblog.net/419685/o-que-e-o-reddit/>. Acesso em: 5 out. 2021.

HARNAD, S. et al. The access/impact problem and the Green and Gold Roads to Open Access: an update. **Serials Review**, [online], v. 34, n. 1, p. 36-40, mar. 2008. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0098791307001530?casa_token=ba6sy4GMRlgAAAAA:IRVFDdQRZTL7cYnmAoikDSSseidzb_aJxAnNaqsVzExPIErPiHaaQICBoBR1J9J_TqcD2-0CRvek. Acesso em: 12 fev. 2021.

HUBBARD, B. Green, blue, yellow, white & gold: a brief guide to the open access rainbow. **Repositories Support Project**, [Nottingham], p. 1-5, [2007]. Disponível em: http://miradas.csic.edu.uy/sites/miradas/files/Nottingham_colour_guide.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

INFOJUSTICE EDS. Update on publisher's copyright infringement suit against sci-hub and libgen in India. **Infojustice**, Washington, 8 mar. 2021, Academic Resources, IP & Research, Limitations and Exceptions, User Rights Network. Disponível em: <http://infojustice.org/archives/42977>. Acesso em: 4 jul. 2021.

JAMALI, Hamid R.. Copyright compliance and infringement in ResearchGate full-text journal articles. **Scientometrics**, Budapest, v. 112, p. 241-254, fev. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-017-2291-4#citeas>. Acesso em: 09 mar. 2022.

KARAGANIS, Joe (ed.). **Shadow libraries: access to knowledge in global higher education**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2018.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 154-157, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/277/181>. Acesso em: 24 out. 2021.

MACHADO, Jorge. Políticas Públicas de Informação para o Conhecimento Aberto. 2016. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Gestão e Políticas Públicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, [201?]. Disponível em: <http://www.each.usp.br/machado/docs/tese-livre-docencia-Jorge-Machado.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MARTÍN, Bruno. A ‘Robin Hood da ciência’ contra o império editorial. **El País**, Espanha, 3 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/ciencia/1511971491_929151.html. Acesso em: 4 jul. 2021

MELIS, Maria Fernanda Mascarenhas. Os critérios para cadastramento no OpenDOAR e os repositórios institucionais luso-brasileiros. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, ed. esp., p. 20-33, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53166>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MONTI, Carolina; UNZURRUNZAGA, Carolina. Acceso a la literatura científica desde Sci-Hub: análisis y reflexión de las descargas en Argentina. **Revista Hipertextos**, v. 8. n. 14, p. 111-136, fev. 2021. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/hipertextos/article/view/11138/10190>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MORRISON, Heather. Directory of Open Access Journals (DOAJ). **The Charleston Advisor**, [S.], v. 9, n. 3, p. 19-26, jan. 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/10995/1/DOAJreview.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, ago. 2006. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2009/11/pdf_bc95487682_0006846.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

MURIEL-TORRADO, E.; PINTO, A. L. Licenças creative commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis?. **Biblios**: journal of librarianship and information science, [S. l.], n. 71, p. 1-16, jul. 2018. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/424/331>. Acessos em: 5 mar. 2021.

NASSI-CALÒ, L. Quanto custa publicar em acesso aberto?. In: SCIELO - Scientific Electronic Library Online. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 18 set. 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/09/18/quanto-custa-publicar-em-acesso-aberto/>. Acesso em: 31 mar. 2021

O'BRIEN, K. ResearchGate. Journal of the Medical Library Association: JMLA, [online], v. 107, n. 2, p. 284-285, abr. 2019. Disponível em: <https://jmla.mlanet.org/ojs/jmla/article/view/643/825>. Acesso em: 8 out. 2021.

OPEN ACCESS WORKS. Making more research Open Access one paper at a time. 2017. Disponível em: <https://blog.oa.works/making-more-research-open-access-one-paper-at-a-time/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

OPEN ACCESS WORKS. Openness policy. 2013. Disponível em: <https://oa.works/policies/openness/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

OPENDOAR. About OpenDOAR. 2005. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/about.html>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PACKER, Abel L. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. **Rev. USP**, São Paulo, n. 89, maio 2011. Disponível em: http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 31 mar. 2021.

PENN, Louise. Alternative Ways of Obtaining Scholarly Articles and the Impact on Traditional Publishing Models from a UK/European Perspective. **Serials Review**, v. 44, n. 1, p. 40-50, mar. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00987913.2018.1433906?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 14 set. 2021.

REDDIT SCHOLAR. Requesting? READ HERE!. 2009. Disponível em: <https://www.reddit.com/r/Scholar/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

RESEARCHGATE. ResearchGate and Wiley partnership. [202-?]. Disponível em: <https://explore.researchgate.net/display/support/ResearchGate+and+Wiley+partnership#:~:text=Wiley%20and%20ResearchGate%20are%20partnering,quality%20scholarly%20content%20for%20researchers>. Acesso em: 4 abr. 2022.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; ABADAL, Ernest. Scientific Journals in Brazil and Spain: alternative publishing models. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [S.l.] v. 65, n. 10, p. 2145-2151, fev. 2014. Disponível em: <https://cyberleninka.org/article/n/271021/viewer>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ROSA, Samuel Santos; SILVA, Fabiano Couto Corrêa; PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Iniciativas de acesso aberto no combate à pandemia dados abertos e propriedade intelectual na disseminação da informação e conhecimento. **RDBCI: Rev. Dig. Bibliotec e Ci. Info. Campinas, SP**, v. 19, out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/8666880/27424/109700>. Acesso em: 7 abr. 2022.

ROSEN, Lawrence E. Academic Licenses. In: ROSEN, Lawrence E. *Open source licensing: software freedom and intellectual property law*. 1. ed. Nova Jersey: PRENTICE HALL PTR, c2005. p. 73-102. Disponível em: <https://www.immagic.com/eLibrary/ARCHIVES/EBOOKS/R050225R.pdf>. Acesso em: 5. abr. 2022.

SCI-HUB. About. [201-?]. Disponível em: <https://sci-hub.st/>. Acesso em: 5. abr. 2022.

SHERPA Romeo. **About Sherpa Romeo**. [201-?]. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/romeo/about.html>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SILVA, T. E.; ALCARÁ, A. R. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação & Informação**, v. 14, n. 4, p. 100-116, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4817>. Acesso em: 5 abr. 2022

SUBER, P. **Open Access**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2012. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/10752204/9780262517638_Open_Access.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

SUBER, P. Creating an intellectual commons through open access. *In*: HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor (ed). **Understanding knowledge as a commons: from theory to practice**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2006. p. 1-34. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4552055/suber_intellectcommons.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 mar. 2021.

SWAB, Michelle; ROMME, Kristen. Scholarly sharing via twitter: #icanhazpdf requests for health sciences literature. *Journal of the Canadian Health Libraries Association, Canada*, v. 37, n. 1, p. 6-11, abr. 2016. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/jchla/index.php/jchla/article/view/26060>. Acesso em: 16 set. 2021.

SWARTZ, Aaron. Guerilla Open Access Manigesto. 2008. Disponível em: <https://gist.github.com/usmanity/4522840>. Acesso em: 10 mar. 2021.

The INTERNET'S Own Boy: the story of Aaron Swartz. Direção: Brian Knappenberger. Produção: Brian Knappenberger, Zach Braff Mason, Mason Fink, Charles Annenberg, Charles Annenberg Weingarten. Roteiro: Brian Knappenberger. Estados Unidos: Participant Media; FilmBuff, 2014. Documentário (105 min), son., color.

TWITTER. Política de Direitos Autorais. [200-?]. Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/copyright-policy>. Acesso em: 5 abr. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisas em administração. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIDAL, Iara. Open Access Button: artigos científicos num clique. Blog Bibliotecários Sem Fronteiras, 2014. Disponível em: <https://bsf.org.br/2014/10/23/open-access-button/>. Acesso em: 5 out. 2021.

WASHINGTON Declaration on Intellectual Property and Public Interest. Whashington. 2011. Disponível em: <http://infojustice.org/wp-content/uploads/2011/09/Washington-Declaration.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

WUYTS, Jolan. Enlightened by the Shadows: the implications of pirate libraries for academic and public libraries, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/31201312/Enlightened_by_the_Shadows_the_implications_of_pirate_libraries_for_academic_and_public_libraries. Acesso em: 29 ago. 2021.

WILLIAMS, Sierra. The only way to make inflated journal subscriptions unsustainable: mandate green open access. **LSE Impact blog**. abr. 2014. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2014/04/28/inflated-subscriptions-unsustainable-harnad/>. Acesso em: 4 mar. 2021.